



# Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2024

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Chesf.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 marcou um avanço decisivo na transformação cultural da Eletrobras, consolidando uma nova forma de operar: mais eficiente, integrada e focada no cliente. Cada movimento estratégico realizado ao longo desse ciclo reforça o compromisso da companhia com a segurança, a excelência operacional e a geração de valor para seus acionistas e para toda a sociedade.

A incorporação de Furnas foi mais um marco importante nessa direção com a simplificação da estrutura corporativa e societária. A gestão unificada contribui para trazer mais celeridade e eficiência ao processo decisório, tornando a Eletrobras uma empresa mais dinâmica e competitiva.

Em 2024, vimos importantes mudanças no setor de energia e na Companhia. Após 2 anos e meio com o preço *spot* (PLD - preço de liquidação de diferenças) próximo ao piso, vimos o PLD atingir patamares elevados no segundo semestre, atingindo um preço médio de R\$ 480/MWh em outubro. Na nossa visão, essa mudança de preço reflete o ambiente atual mais volátil, devido à grande inserção de fontes renováveis intermitentes nos últimos anos, tendência que deve se intensificar no futuro. Nesse cenário, a comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração, com cerca de 27 mil consumidores migrando para essa modalidade em 2024. Continuamos avançando na estruturação da área de comercialização, que agora possui um time dedicado, atuando de forma integrada e orientada ao mercado com processos robustos. Destaque para a fixação de limites de exposição de crédito e modelos de previsão do preço da energia. A Eletrobras agora é uma companhia voltada ao cliente, que desenvolve soluções adaptadas às suas demandas e alinha processos para ampliar constantemente a sua base.

Recuperamos a capacidade de investimentos da Eletrobras com foco em resiliência e eficiência operacional. Estamos investindo na modernização das usinas hidrelétricas e nos reforços e melhorias de nossas linhas de transmissão, que trazem resiliência e aumentam a robustez dos nossos ativos contribuindo com a segurança energética do país. Em 2024, investimos R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 1,1 bilhão no parque eólico de Coxilha Negra, que terá capacidade de 302 MW. O foco em ampliar a infraestrutura de transmissão ficou evidenciado com a participação no leilão 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde arrematamos quatro lotes com investimentos estimados de R\$ 5,6 bilhões. Isso reforça o posicionamento da Eletrobras como protagonista no desenvolvimento do setor.

Destaque para os investimentos que estamos realizando em projetos relevantes, como as obras de revitalização do sistema de transmissão em corrente contínua de alta tensão - HVDC (*high voltage direct current*) de Itaipu com investimentos estimados em R\$ 1,9 bilhão e na Transnorte Energia - TNE, linha de transmissão 500 kV, integrando Manaus a Boa Vista e integrando o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com investimentos previstos de R\$ 3,3 bilhões.

Estamos também investindo na inovação da gestão dos nossos ativos. Criamos o centro de inteligência meteorológica (ATMOS), que usa inteligência artificial nos modelos de previsão de eventos extremos ajudando a aumentar a prontidão e a segurança de nossas operações. Outra inovação é o novo centro de monitoramento de ativos que usa sensores (IoT) e aplicações digitais (*digital twin* + BIM e realidade virtual) para monitorar mais de 87.000 ativos.

Tivemos avanços significativos no processo de simplificação e otimização da estrutura societária. A gestão de nossas participações tem como objetivo melhorar a governança e a rentabilidade do nosso portfólio de ativos. Isso fica claro com a conclusão da venda de participações minoritárias, como em Chapada do Piauí I e II; a oferta pública de parte das ações que detinhamos da Isa Energia Brasil S.A.; e a aquisição da participação em Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia. Além disso, assinamos a operação de troca de ativos com a Companhia Paranaense de Energia (Copel), envolvendo a UHE Colider. Seguiremos firmes com a estratégia de descruzamento de ativos, visando a otimização de participações minoritárias, a melhoria da alocação de capital e a simplificação da nossa estrutura societária.

Reformulamos a gestão financeira da companhia com diversificação das fontes de captação, ampliação e adequação dos vencimentos das dívidas e completa revisão e padronização dos instrumentos financeiros. O ano de 2024 foi marcado por importantes operações financeiras, através da captação de recursos de cerca de R\$ 32 bilhões no mercado local, internacional e agências de fomento à exportação. Encerramos o ano com uma elevada liquidez que nos deixa numa posição confortável para enfrentar eventuais incertezas nos mercados.

Destaque para a primeira emissão dos títulos (*bonds*) realizada pela Eletrobras após sua privatização, de US\$ 750 milhões com vencimento em 2035 e pela contratação de financiamento no montante de US\$ 400 milhões, com garantia da Agência de Crédito à Exportação da Itália - *Servizi Assicurativi Del Commercio Estero SPA (SACE)*, sendo a primeira captação com o apoio de uma agência internacional de crédito à exportação.

Nos preparamos hoje para os desafios do futuro. Em suprimentos, estabelecemos diretrizes e adotamos uma nova abordagem de relacionamento com fornecedores e parceiros, visando criar relações de longo prazo. Essas parcerias são essenciais para mitigar eventuais riscos na cadeia de suprimentos, especialmente em um momento de aumento expressivo nos investimentos de transmissão ao redor do mundo. Promovemos a otimização e padronização do processo de compras em todas as empresas, o que, aliado à transformação digital da área de suprimentos, torna a nossa atuação mais ágil, transparente, segura e eficiente na aquisição de materiais, bens e serviços.

Nosso compromisso com a eficiência também se refletiu na gestão de pessoas, com avanços significativos. Com a aprovação do acordo coletivo de trabalho em todas as bases do Brasil, os nossos profissionais estarão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho unificado. Lançamos o Programa de Desligamento Consensual, promovendo uma abordagem responsável de transição de carreira, respeitando o diálogo com os colaboradores e os acordos sindicais. A remuneração dos profissionais está agora vinculada ao desempenho da empresa e os salários estão alinhados ao mercado.

No aspecto da governança, criamos o Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho de Administração, contribuindo para a otimização de nossas estratégias para um desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade e o meio ambiente.

Vale destacar que pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras integrou a carteira do índice de diversidade - IDIVERSA da B3, um dos principais indicadores de diversidade e inclusão do mercado de capitais brasileiro. A manutenção nesse índice reafirma nosso compromisso na adoção das melhores práticas em questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Sob esse prisma, expandimos nossas parcerias com a assinatura de memorandos de entendimento que envolvem a pesquisa e o desenvolvimento comercial de hidrogênio verde, por exemplo. Nosso compromisso de zerar as emissões líquidas em 2030 foi validado pelo *Science Based Targets Initiative*. Um passo importante nessa direção foi a venda do complexo termoeletrônico de Candiota, o último ativo a carvão do nosso portfólio, em uma operação que contribuiu significativamente para a agenda de descarbonização - eliminando cerca de um terço das emissões totais da empresa. Com essa mesma visão, assinamos acordos para a alienação de todo o portfólio termoeletrônico remanescente.

Quando olhamos para o mercado de energia, estamos presenciando um novo panorama, com forte crescimento das fontes renováveis intermitentes, que hoje já representam cerca de 36% da matriz energética brasileira. A menor representatividade dos reservatórios hidrelétricos em relação à demanda total, associada com as cada vez mais frequentes ondas de calor, aumentam a necessidade de outras fontes despacháveis, como as térmicas e isso se traduz numa maior volatilidade de preço de energia. Essa volatilidade de preço se mostra mais presente desde o segundo semestre de 2024.

No início de 2025, também observamos relevantes variações de preço, mesmo com cenário hidrológico favorável até fevereiro e nível dos reservatórios elevado. Os contratos futuros no mercado livre de energia, em especial em horizontes de prazo mais curtos começam a refletir uma reprecificação estrutural. Entendemos que o setor e os agentes de mercado passam por um processo de amadurecimento e melhor compreensão das mudanças observadas na matriz e pelo desenvolvimento de novas tecnologias, o que resulta em ajustes de estratégias e consideração de aspectos até então pouco relevantes, como *tailment*, modulação e diferenças de preço entre submercados.

A Eletrobras entende que a melhor geração de valor para seus acionistas no tempo é manter uma flexibilidade financeira que permita a empresa maximizar sua estratégia comercial. Com base na execução dessa estratégia e após investir no aumento da resiliência e eficiência dos ativos, mantendo uma gestão financeira prudente, a Companhia teria condições de alocar de forma ótima e equilibrada o seu capital entre acionistas e opções de crescimento.

Nesse contexto, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 4 bilhões em dividendos, referente a 41% do resultado do exercício de 2024. Esses dividendos equivalem a 60% do lucro líquido regulatório da controladora e são a maior distribuição de dividendos aos acionistas da história.

Encerramos o ano com a convicção de que as medidas adotadas não apenas fortalecem os alicerces da Eletrobras, como também posicionam a companhia de forma mais competitiva para o futuro. Temos a satisfação de ver que, a cada dia que trabalhamos, encontramos uma empresa melhor no dia seguinte. Seguimos avançando com um modelo de gestão focado na segurança, no cliente, na excelência e na criação de valor para nossos acionistas.

Agradecemos o apoio, a dedicação e o esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na jornada de transformar a Eletrobras em uma empresa cada vez mais inovadora, eficiente e que gera resultados sustentáveis.



**Vicente Falconi**  
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras



**Ivan Monteiro**  
Presidente da Eletrobras

### 1. DESTAQUES 2024

- 12,2% receitas do segmento de Geração de energia para R\$ 3,9 bilhões.
- +6,1 % receitas do segmento de Transmissão para R\$ 5,6 bilhões.
- +14,8% de PMSO totalizando R\$ 1,8 bilhão.
- +58,8% EBITDA consolidado da Eletrobras Chesf para R\$ 6,5 bilhões.
- +66,7% lucro líquido consolidado para R\$ 2,9 bilhões.
- Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 2.916 milhões na rubrica de remensurações regulatórias.
- Conclusão de operações financeiras de R\$ 8.000 milhões no mercado de capitais.

### 2. A ELETROBRAS CHESF

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Companhia ou Eletrobras Chesf) é uma empresa de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948.

A Eletrobras Chesf atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia, participando de processos de inovação e pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos.

As operações da Eletrobras Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da sua produção total de energia em 2024. No segmento de transmissão, as linhas de transmissão da Companhia correspondem a aproximadamente 11,71% do total das linhas de transmissão do Brasil com nível de tensão maior ou igual a 230 kV.

A Companhia ainda detém participações minoritárias em empresas de geração e transmissão de energia elétrica, totalizando sete Sociedades de Propósito Específico (SPE), sendo três de transmissão e quatro de geração - três hidrelétricas e uma eólica. A Companhia atua, ainda, como sócia majoritária (99,97%) na SPE Nova Era Solar Enki S.A., uma *holding* para desenvolvimento de projetos de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

#### 3.1. Segmento de Geração

Nossa energia é proveniente de fontes renováveis e contribui para as metas de descarbonização do país, sendo o volume gerado por cada usina definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Eletrobras Chesf possui 26 empreendimentos de geração de energia elétrica, compostos por usinas hidrelétricas e eólicas, além das participações nas SPE Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte), Jirau Energia S.A. (UHE Jirau), Companhia Energética Sinop S.A. (UHE Sinop) e Vam Cruz I Participações S.A. (Complexo Eólico Vam Cruz).

#### Capacidade Instalada

O parque gerador da Eletrobras Chesf tem 10.460 MW de potência instalada, composto por 12 usinas hidrelétricas próprias, sendo 8 no Rio São Francisco, 2 no Rio Contas (BA), 1 no Rio Parnaíba (PI) e 1 nos Rios Piancó e Aguiar (PB), além de 14 usinas eólicas próprias. A capacidade instalada em empreendimentos com parcerias totaliza 2.579 MW, composta por participações em 3 hidrelétricas (UHE Belo Monte, UHE Jirau e UHE Sinop) e 4 parques eólicos (Complexo Eólico Vam Cruz). A Companhia atua, ainda, como sócia majoritária (99,97%) na SPE Nova Era Solar Enki S.A., uma *holding* para desenvolvimento de projetos de usinas solares fotovoltaicas flutuantes.

Tabela 1. Ativos de Geração da Eletrobras Chesf

Empreendimento	Localização (Estado)	Fonte	Início da Outorga	Início da Operação	Fim da Outorga	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Garantia Física Descotizada <sup>(1)</sup> (MW Médio)
Complexo de Paulo Afonso <sup>(2)</sup>	BA	Hidráulica	01/06/2022	01/01/1955	01/06/2052	4279,6	1658,8	685,52
Xingó <sup>(2)</sup>	SE	Hidráulica	01/06/2022	01/12/1994	01/06/2052	3162	1729,8	714,86
Luiz Gonzaga (Itaparica) <sup>(2)</sup>	PE	Hidráulica	01/06/2022	01/06/1988	01/06/2052	1479,6	727	300,44
Sobradinho <sup>(2)</sup>	BA	Hidráulica	01/06/2022	01/11/1979	01/06/2052	1050,3	457,5	-
Boa Esperança (Castelo Branco) <sup>(2)</sup>	PI	Hidráulica	01/06/2022	01/04/1970	01/06/2052	237,3	136,2	56,29
Funil <sup>(2)</sup>	BA	Hidráulica	01/06/2022	01/08/1962	01/06/2052	30	4,8	1,99
Pedra <sup>(2)</sup>	BA	Hidráulica	01/06/2022	01/11/1978	01/06/2052	20,01	1,74	0,72
Curemas	PB	Hidráulica <sup>(3)</sup>		01/01/1957	01/02/2026	3,52	1	NA
Casa Nova II	BA	Eólica	01/05/2014	01/12/2017	01/05/2049	32,9	9,4	NA
Casa Nova III	BA	Eólica	01/05/2014	01/02/2018	01/05/2049	28,2	9,4	NA
Coqueirinho <sup>2</sup>	BA	Eólica	01/05/2014	01/09/2019	01/05/2049	16	7,4	NA
Tamandua Mirim <sup>2</sup>	BA	Eólica	01/06/2014	01/11/2019	01/06/2049	16	7,4	NA
Angical <sup>2</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/09/2019	01/04/2049	10	5,1	NA
Caititu <sup>2</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/01/2020	01/04/2049	10	5,1	NA
Caititu <sup>3</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/01/2020	01/04/2049	10	4,7	NA
Carcará	BA	Eólica	01/04/2014	01/02/2020	01/04/2049	10	4,6	NA
Corrupião <sup>3</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/02/2020	01/04/2049	10	4,2	NA
Papagaio	BA	Eólica	01/05/2014	01/10/2019	01/05/2049	10	4,9	NA
Teiú <sup>2</sup>	BA	Eólica	01/04/2014	01/11/2019	01/04/2049	8	4,2	NA
Acauã	BA	Eólica	01/04/2014	01/11/2019	01/04/2049	6	3,1	NA
Arapapá	BA	Eólica	01/04/2014	01/11/2019	01/04/2049	4	2,2	NA
Casa Nova I A <sup>(4)</sup>	BA	Eólica	01/06/2019	01/12/2020	01/06/2054	27	6,8	NA

<sup>(1)</sup> As usinas tiveram um novo contrato de concessão nos termos da Lei nº 14.182/2021. Descotização equivale a 40% do valor total da garantia física para o ano de 2024.

<sup>(2)</sup> As usinas tiveram um novo contrato concessão nos termos da Lei nº 14.182/2021, porém as obrigações estabelecidas nos termos do art. 22 da Lei nº 11.943/2009 estão preservadas, respeitadas as condições e a vigência dos atuais contratos de





venda de energia elétrica de que trata o referido artigo. Atualmente, 90% da garantia física da UHE Sobradinho está alocada aos contratos de venda mencionados. A redução gradual desses contratos terá início em 2032.

<sup>(3)</sup>A concessão para exploração da PCH Curemas foi transferida a Eletrobras Chesf por intermédio do Decreto nº 74.971, de 26/11/1974.

<sup>(4)</sup>A garantia física da EOL Casa Nova A foi definida pela Portaria SPDE/MME nº 296/2019.

Maiores detalhes sobre as usinas podem ser conferidos no Anexo de Dados Operacionais no [site de RI](#).

Energia Gerada

A tabela a seguir indica o volume total de energia gerada pela Eletrobras Chesf no período indicado, medidos em megawatts-hora, por tipo de usina. Houve uma redução de 12,4% em comparação a 2023 devido às afluições abaixo da média nas principais bacias em 2024.

Tabela 2. Volume Total de Energia Gerado pela Eletrobras Chesf

Tipo de usina	MWh
Hidrelétrica <sup>(1)</sup>	35.177.638
Eólica/Solar	508.610
<b>Total</b>	<b>35.686.249</b>

<sup>(1)</sup> Considerando os empreendimentos corporativos, propriedade compartilhada e participações via SPEs.

3.2. Comercialização

A comercialização na Eletrobras, nossa controladora, é orientada por um planejamento baseado em metas e diretrizes estratégicas, nível de contratação dos ativos e decisões orçamentárias. A Eletrobras monitora continuamente as condições do mercado e seu portfólio, definindo diretrizes e ritmo para novas operações, mantendo seu nível de contratação controlado ao longo dos anos. Isso visa mitigar os riscos de mercado e liquidez, além de maximizar os resultados da comercialização. Para tanto, metas de vendas são definidas periodicamente a partir de limites pré-aprovados, permitindo flexibilidade e autonomia para capturar oportunidades. Essa estratégia é constantemente revisada para acompanhar as mudanças de cenário.

Com a abertura do mercado livre, o número de consumidores migrando para essa modalidade aumentou significativamente, com cerca de 27.000 migrações em 2024. Diante desse quadro, a estruturação da comercialização da Companhia é acompanhada pelo fortalecimento de áreas estratégicas para os negócios, com o estabelecimento de iniciativas para fortalecer vínculos existentes e impulsionar novas relações comerciais de valor com os clientes.

Em 2024, a Companhia participou dos leilões de energia existente A-1 e A-2 (Leilão ANEEL nº 004/2024). No leilão A-1, foram comercializados 80 MW médios ao preço de R\$ 160,05/MWh, representando um deságio de 5,85% do preço inicial, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2025 e término em 31 de dezembro de 2026. No leilão A-2, foram comercializados 340 MW médios ao preço de R\$ 160,91/MWh, representando um deságio de 19,54% do preço inicial, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2026 e término em 31 de dezembro de 2027. O montante total negociado pela Eletrobras Chesf nos dois leilões foi de R\$ 1.183 milhões.

Atualmente, a Eletrobras é responsável pela centralização das atividades de comercialização de energia das empresas do grupo.

Energia Vendida

A Eletrobras Chesf vendeu 28,7 TWh de energia em 2024, comparado a 37,5 TWh em 2023, o que representa uma redução de 23%, destacando-se a alienação para a descotização e redução nos contratos sob a Lei nº 13.182/2015.

Excluindo a venda de energia sob o regime de cotas, a Companhia comercializou 709 MW médios de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 63 MW médios de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

3.3. Segmento de Transmissão

No segmento de transmissão, a Companhia possui 22.055 quilômetros de linhas de transmissão corporativas de alta tensão, com nível de tensão maior ou igual a 230 kV. Além disso, possui 1.831 quilômetros de linhas de transmissão correspondentes à sua participação em SPE (Interligação Elétrica do Madeira S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Sistema de Transmissão Nordeste S.A.), totalizando 23.886 quilômetros de linhas de transmissão em 2024. A Companhia também é responsável por 80.364 MVA de capacidade de transformação do SIN, considerando as instalações corporativas.

Tabela 3. Extensão Total das Linhas (km)

Corporativo			SPE			Total (a+b)
Corporativo	Corporativo ten-	Corporativo	SPE - Participação	SPE	SPE - Participação	
tensão ≥ 230 KV	são ≤ 230 KV	em km (a)	Eletrobras Chesf (b)	tensão ≤230 KV	Eletrobras Chesf (b)	
21.398	657	22.055	1.831	–	1.831	23.886

Tabela 4. Capacidade de Transformação (MVA)

Corporativo		SPE	Total (a+b)
Corporativo (a)	Números de Subestações	SPE - Participação Eletrobras (b)	
80.364	134	5.813	86.177

Remuneração da Transmissão

Os ativos de transmissão possuem RAP definida pela ANEEL, levando em consideração o investimento e os custos de operação e manutenção de um projeto de transmissão. A RAP é atualizada anualmente de acordo com as regras da ANEEL, com revisões periódicas a cada cinco anos, ajustando-a para cima ou para baixo, considerando fatores como eficiência e acessibilidade das tarifas.

A Resolução Homologatória nº 3.348/2024 da ANEEL estabeleceu o reajuste anual da RAP referente ao ciclo 2024/2025, vinculado às instalações de transmissão sob responsabilidade das concessionárias. Como resultado, foi definida para a Eletrobras Chesf uma RAP de R\$ 5.209 milhões, a preços de junho de 2024, líquida de PIS/Cofins e válida para o período de 01/07/2024 a 30/06/2025. Esse valor representa 10,4% da RAP total da Eletrobras e 3,7% do SIN.

Adicionalmente, a resolução definiu uma Parcela de Ajuste (PA) total negativa para ciclo de referência, de R\$ 331 milhões, também a preços de junho de 2024. Essa PA contempla, entre outros, os efeitos retroativos negativos e positivos da Revisão Tarifária Periódica da RAP (RTP) de 2023 e 2024 de contratos prorrogados e licitados, e a anuidade de RAP melhorias. Com isso, a RAP total da Companhia para o ciclo 2024/2025 foi de R\$ 4.878 milhões, a preços de junho de 2024.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2024, a Eletrobras Chesf apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 2.915 milhões, 66,7% superior ao apurado em 2023, que foi de R\$ 1.749 milhões.

Em 2024, a receita operacional líquida foi de R\$ 8.044 milhões em linha com a receita de 2023, de R\$ 8.113 milhões.

O EBITDA foi de R\$ 6.477 milhões, um crescimento de 58,8% em comparação ao anterior, que foi de R\$ 4.079 milhões.

Tabela 5. Resultado 2024 (R\$ milhões)

DRE	2024	2023	%
Receita de Geração	3.897	4.441	(12,2)
Receita de Transmissão	5.632	5.310	6,1
Outras Receitas	75	61	22,8
<b>Receita Bruta</b>	<b>9.603</b>	<b>9.811</b>	<b>(2,1)</b>
Deduções da Receita	(1.560)	(1.698)	(8,2)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>8.044</b>	<b>8.113</b>	<b>(0,9)</b>
Energia p revenda, uso da rede, combustível e construção	(2.504)	(2.367)	5,8
DRE	2024	2023	%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	(1.763)	(1.536)	14,8
Provisões Operacionais	(263)	(210)	25,4
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	2.916	0	n.m.
Outras Receitas e Despesas	0	3	(100,0)
<b>EBITDA, antes das Participações Societárias</b>	<b>6.430</b>	<b>4.004</b>	<b>60,6</b>
Participações societárias	48	75	(36,4)
<b>EBITDA</b>	<b>6.477</b>	<b>4.079</b>	<b>58,8</b>
Depreciação e Amortização	(634)	(402)	57,7
<b>EBIT</b>	<b>5.844</b>	<b>3.677</b>	<b>58,9</b>
Resultado Financeiro	(2.259)	(1.734)	(30,3)
<b>EBT</b>	<b>3.585</b>	<b>1.942</b>	<b>84,5</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(670)	(193)	247,7
<b>Lucro líquido</b>	<b>2.915</b>	<b>1.749</b>	<b>66,7</b>

4.1. Receita Operacional

A receita operacional líquida em 2024 foi de R\$ 8.044 milhões, em linha com os R\$ 8.113 milhões de 2023.

A **receita de geração** diminuiu 12,2%, passando de R\$ 4.441 milhões em 2023 para R\$ 3.897 milhões em 2024. Essa variação foi explicada principalmente pela:

- a) redução no volume vendido no mercado livre (ACL) devido ao impacto da descontração de consumidores pela Lei nº 13.182/2015;
- b) diminuição de R\$ 653 milhões devido ao processo de descotização gradual de 20% ao ano das usinas em regime de cotas nos termos da Lei nº 14.182/2021;
- c) liquidação positiva na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gerando uma receita de R\$ 711 milhões;
- d) e queda do ICMS no valor de R\$ 100 milhões, devido à descontração dos consumidores industriais.

Tabela 6. Receita operacional de Geração (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Suprimento	514	581	(11,6)
Fornecimento	330	875	(62,3)
CCEE	1.050	329	219,7
Receita de operação e manutenção	2.003	2.656	(24,6)
<b>Receita Operacional de Geração</b>	<b>3.897</b>	<b>4.441</b>	<b>(12,2)</b>

A **receita de transmissão** aumentou 6,1%, passando de R\$ 5.310 milhões em 2023 para R\$ 5.632 milhões em 2024, influenciada principalmente pelo aumento de 23,7% na receita de construção, que passou de R\$ 709 milhões em 2023 para R\$ 877 milhões em 2024, tendo relação direta com os investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento.

Tabela 7. Receita operacional de Transmissão (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Receita de operação e manutenção	2.478	2.399	3,3
Receita de Construção	877	709	23,7
Receita Contratual – Transmissão	2.276	2.201	3,4
<b>Receita Operacional de Transmissão</b>	<b>5.632</b>	<b>5.310</b>	<b>6,1</b>

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os **custos e despesas operacionais** foram de R\$ 5.163 milhões em 2024, um aumento de 14,4% em comparação aos R\$ 4.514 milhões de 2023. As principais variações nos custos e despesas operacionais foram devidas:

- a) aos investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento;
- b) ao aumento dos encargos de uso da rede elétrica; e
- c) à compra de energia no mercado de curto prazo.

Tabela 8. Custos e Despesas Operacionais (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Energia comprada para revenda	284	245	16,2
Encargos sobre uso da rede elétrica	1.186	1.077	10,1
Construção	1.034	1.045	(1,1)
Pessoal, Material, Serviços e Outros	1.763	1.536	14,8
Depreciação e Amortização	634	402	57,7
Provisões Operacionais	263	210	25,4
<b>Custos e Despesas Operacionais Totais</b>	<b>5.163</b>	<b>4.514</b>	<b>14,4</b>

Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os custos e despesas **com pessoal, material, serviços e outros** foram de R\$ 1.763 milhões em 2024, um aumento de 14,8% em relação os R\$ 1.536 milhões em 2023. Esse aumento foi explicado principalmente pelo aumento de R\$ 231 milhões com serviços legais, manutenção operacional e outros.

Tabela 9. PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Pessoal	977	983	(0,6)
Programa de Demissão Voluntária	123	120	1,8
Material	43	43	(1,8)
Serviços	430	368	17,0
Outros	191	22	772,1
<b>PMSO Total</b>	<b>1.763</b>	<b>1.536</b>	<b>14,8</b>

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido piorou 30,3%, passando de uma despesa de R\$ 1.734 milhões em 2023 para uma despesa de R\$ 2.259 milhões em 2024. Essa variação deveu-se principalmente aos encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, além dos encargos e da atualização das obrigações com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Outro fator foi o resultado do derivativo, cujo contrato iniciou em junho de 2024, sem contrapartida em 2023.

4.4. Participações Societárias

O resultado das participações societárias sobre investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial reduziu 36,4% em 2024, passando de R\$ 75 milhões em 2023 para R\$ 47 milhões em 2024. Essa queda ocorreu devido à piora do resultado da SPE Norte Energia em R\$ 124 milhões, quando comparado com o ano anterior, superando o resultado positivo das outras participações detidas pela Eletrobras Chesf, que foi de R\$ 98 milhões.

4.5. EBITDA Consolidado

Em 2024, o EBITDA consolidado da Eletrobras Chesf atingiu R\$ 6.477 milhões, um aumento de 58,8% em comparação ao ano anterior. Esse crescimento foi impulsionado pelas maiores receitas de transmissão e pela remensuração regulatória do contrato de transmissão.

Tabela 10. EBITDA (R\$ milhões)

	2024	2023	%
Resultado do Exercício	2.915	1.749	66,6
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	670	193	247,7
+ Resultado Financeiro	2.259	1.734	30,3
+ Amortização e Depreciação	634	402	57,7
<b>= EBITDA</b>	<b>6.477</b>	<b>4.079</b>	<b>58,8</b>

5. BALANÇO SOCIAL 2024

Tabela 11. Balanço Social

Informações de Natureza Social e Ambiental			CONTROLADORA	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração		2024	2023	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		655.094	784.548	
- Empregados (R\$ mil)		651.254	775.435	
- Administradores (R\$ mil)		3.840	9.113	
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados		18,58	276	
- Administradores		1,74	1,7	
b. Benefícios Concedidos		2024	2023	
Encargos Sociais (R\$ mil)		178.038	184.739	
Alimentação (R\$ mil)		46.758	48.640	
Transporte (R\$ mil)		121	190	
Previdência Privada (R\$ mil)		35.631	47.141	
Saúde (R\$ mil)		67.633	79.988	
Segurança e Medicina do Trabalho (R\$ mil)		2.035	9.110	
Educação ou Auxílio-creche (R\$ mil)		16.864	16.804	
Cultura (R\$ mil)		-	-	
Capacitação e Desenvolvimento Profissional (R\$ mil)		550.24139	2.984	
Outros (R\$ mil)		67.147	51.118	
Total (R\$ mil)		414.778	440.714	



★—continuação



c. Composição do Corpo Funcional		2024	2023
Nº de empregados no final do exercício		2.309	2.343
Nº de admissões		486	221
Nº de demissões		521	561
Nº de estagiários no final do exercício		58	1
Nº de empregados com deficiência (PcD) no final do exercício		101	116
Nº de empregados por sexo:			
- Masculino		1.853	1.985
- Feminino		456	358
Nº de empregados por faixa etária:			
- Menores de 18 anos		—	—
- De 18 a 35 anos		406	266
- De 36 a 60 anos		1.867	1.934
- Acima de 60 anos		36	143
Nº de empregados por nível de escolaridade:			
- Analfabetos		—	—
- Com ensino fundamental		38	45
- Com ensino médio		82	906
- Com ensino técnico		946	55
- Com ensino superior		815	979
- Pós-graduados		428	358
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:			
- Masculino		72%	81%
- Feminino		28%	19%
d. Contingências e Passivos Trabalhistas		2024	2023
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		732	610
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		437	325
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		98	105
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça (R\$ mil)		47.572	292.189
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo			
2.1. Relacionamento com a Comunidade		2024	2023
Totais dos investimentos em:			
Educação (R\$ mil)		—	—
Cultura (R\$ mil)		—	100
Saúde e Infraestrutura (R\$ mil)		—	—
Esporte e Lazer (R\$ mil)		2.100	—
Alimentação (R\$ mil)		—	—
Geração de Trabalho e Renda (R\$ mil)		—	—
Reassentamento de Famílias (R\$ mil)		—	—
Outros (R\$ mil)		—	140
Total dos investimentos (R\$ mil)		2.100	240
Tributos (excluídos encargos sociais) (R\$ mil)		619.825	1.562.514
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (R\$ mil)		—	210.518
Total de Relacionamento com a Comunidade (R\$ mil)		621.925	1.773.272
2.2. Interação com os Fornecedores			
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:			
Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresenta as seguintes declarações:			
DECLARA, sob as penas da lei que:			
1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;			

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.		
2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado grávidico;		
Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).		
Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.		
O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.		
Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.		
Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do Balanço Social, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:		
• boas práticas de governança;		
• combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;		
• práticas leais de concorrência;		
• direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;		
• direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;		
• promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);		
• compromisso com o desenvolvimento profissional;		
• promoção da saúde e segurança;		
• promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;		
• proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;		
• ações sociais de interesse público.		
III. Interação com o Meio Ambiente		
3.1. Investimentos		
	2024	2023
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (R\$ mil)	—	25.165
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados (R\$ mil)	—	719
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (R\$ mil)	—	—
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade (R\$ mil)	—	—
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ mil)	138	628
Total dos investimentos (R\$ mil)	138	27.496
3.2. Passivo Ambiental		
	2024	2023
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente (R\$ mil)	557.616	—
Passivos e contingências ambientais (R\$ mil)	40.000	713.520
Total dos passivos ambientais (R\$ mil)	597.616	713.520
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	20	4
IV. Outras Informações		
4.1 - Informações financeiras		
	2024	2023
Receita Operacional Líquida (ROL) (R\$ mil)	8.043.530	8.113.037
Resultado Operacional (RO) (R\$ mil)	3.584.614	1.942.461

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de Reais

		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado
ATIVO	Nota	2024	2023	2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023	2024
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de caixa	6	6.316.828	1.027.866	6.316.829	Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	506.515	177.582	506.515
Caixa restrito	7	31.968	–	31.968	Fornecedores	18	555.092	579.249	555.092
Títulos e valores mobiliários	8	1.435.575	252.052	1.435.575	Impostos e contribuições	11	172.580	145.822	172.580
Clientes	9	1.077.794	1.071.321	1.077.794	Remuneração aos acionistas	21	686.535	373.789	686.535
Ativo contratual transmissão	13	3.312.194	3.347.310	3.312.194	Obrigações com pessoal	23	291.374	428.191	291.374
Remuneração de participações societárias	10	42.531	34.278	42.531	Benefício pós emprego	23	277.276	270.871	277.276
Impostos e contribuições	11	405.728	644.151	405.728	Encargos setoriais	20	268.509	179.782	268.509
Serviço em curso		447.729	351.094	447.729	Obrigações da Lei 14.182/2021	25	1.201.814	886.940	1.201.814
Almoxarifado		134.723	127.337	134.723	Instrumentos financeiros derivativos	33	343.924	–	343.924
Instrumentos financeiros derivativos	33	224	–	224	Outros		102.236	48.458	102.236
Outros		610.470	751.326	610.470			4.405.855	3.090.684	4.405.855
		13.815.764	7.606.735	13.815.765					
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Caixa Restrito	7	925.132	691.849	925.132	Provisões para litígios	24	3.251.127	3.415.279	3.251.127
Títulos e valores mobiliários	8	1.259	242	1.259	Benefício pós emprego	23	2.630.486	3.642.214	2.630.486
Impostos e contribuições	11	233.684	224.828	233.684	Obrigações da lei 14.182/2021	25	16.251.707	15.514.791	16.251.707
Depósitos judiciais		484.770	622.684	484.770	Contratos onerosos	22	334.683	484.445	334.683
Ativo contratual transmissão	13	17.650.606	15.110.254	17.650.606	Encargos setoriais	20	138.059	228.611	138.059
Instrumentos financeiros derivativos	33	142.788	–	142.788	Imposto de renda e contribuição social	12	1.399.538	695.457	1.399.538
Outros		424.766	24.313	424.766	Outros		275.678	378.106	275.678
		19.863.005	16.674.170	19.863.005			32.317.748	27.229.276	32.317.748
INVESTIMENTOS					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Avaliados a equivalência patrimonial	14	5.634.724	5.620.160	5.633.223	Capital social	26	19.370.176	19.370.176	19.370.176
Outros investimentos		17.111	17.111	17.111	Reservas de capital		4.916.199	4.916.199	4.916.199
		5.651.835	5.637.271	5.650.334	Reservas de lucros		13.421.011	11.192.678	13.421.011
IMOBILIZADO					Outros resultados abrangentes				
INTANGÍVEL	15	3.778.494	3.353.375	3.778.494			(3.092.194)	(3.095.328)	(3.092.194)
	16	28.229.697	28.612.134	28.231.197	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.615.192	31.563.725	34.615.192
		37.660.026	37.602.780	37.660.025	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.338.795	61.883.685	71.338.795
TOTAL DO ATIVO		71.338.795	61.883.685	71.338.795					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

( em milhares de Reais )

Reservas de Lucros									
	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Legal	Estatutárias - Investimentos	Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora
Em 31 de dezembro de 2023	26	19.370.176	4.916.199	821.762	9.149.362	1.221.554	—	(3.915.328)	31.563.725
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA		—	—	—	—	—	—	224	224
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	(148.075)	(148.075)
Participações no ORA de coligadas		—	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes Benefício pós-emprego		—	—	—	—	—	—	970.985	970.985
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	2.914.607	—	2.914.607
Transações com acionistas:									
Constituições de reservas		—	—	144.479	2.058.823	25.031	(2.228.333)	—	—
Dividendo mínimo obrigatório		—	—	—	—	—	(686.274)	—	(686.274)
Em 31 de dezembro de 2024	26	19.370.176	4.916.199	966.241	11.208.185	1.246.585	—	(3.092.194)	34.615.192

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023	2024
Receita operacional líquida	28	8.043.530	8.113.037	8.043.530
Custos operacionais	29	(3.871.033)	(3.518.609)	(3.871.033)
RESULTADO BRUTO		4.172.497	4.594.428	4.172.497
Despesas operacionais	29	(1.292.289)	(995.482)	(1.292.289)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	13	2.915.747	184	2.915.747
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.795.955	3.599.130	5.795.955
RESULTADO FINANCEIRO	30	(2.258.952)	(1.734.289)	(2.258.952)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		3.537.003	1.864.841	3.537.003
Resultado das participações societárias		47.611	74.881	47.611
Outras receitas e despesas		—	2.739	—
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		3.584.614	1.942.461	3.584.614
Imposto de renda e contribuição social correntes		(114.002)	(63.691)	(114.002)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(556.005)	(128.991)	(556.005)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.914.607	1.749.779	2.914.607
Parcela atribuída aos controladores		2.914.607	1.749.779	2.914.607
Parcela atribuída aos não controladores		—	—	—
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.914.607	1.749.779	2.914.607
Resultado por ação - básico e diluído (ON)	27	52,13	31,30	52,13
Resultado por ação - básico e diluído (PN)	27	52,13	31,30	52,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.914.607	1.749.779	2.914.607
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	970.985	(138.686)	970.985
IR / CSLL diferidos	(148.075)	21.149	(148.075)
	822.910	(117.537)	822.910
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	224	—	224
	224	—	224
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	823.134	(117.537)	823.134
Total do resultado abrangente do exercício	3.737.741	1.632.242	3.737.741
Parcela atribuída aos controladores	3.737.740	1.632.242	3.737.740
Parcela atribuída aos não controladores	—	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua—★



—continuação



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
( em milhares de Reais )

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladora
				Legal	Estatutárias - Investimentos	Incentivos Fiscais				
Em 31 de dezembro de 2022		9.753.953	4.916.199	743.124	8.125.172	1.020.521	695.808	—	(3.797.791)	21.456.986
Ajustes Benefício pós-emprego		—	—	—	—	—	—	—	(117.537)	(117.537)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	1.749.779	—	1.749.779
Transações com acionistas:										
Ações em Tesouraria - Ações emitidas		—	—	—	(96.395)	—	—	—	—	(96.395)
Aumento de Capital - Incorporação de ações		9.616.223	—	—	—	—	—	—	—	9.616.223
Constituições de reservas		—	—	78.638	1.120.585	201.033	—	(1.376.250)	—	24.006
Dividendo / JCP mínimo obrigatório		—	—	—	—	—	—	(373.529)	—	(373.529)
JCP adicional proposto		—	—	—	—	—	(695.808)	—	—	(695.808)
Em 31 de dezembro de 2023	26	19.370.176	4.916.199	821.762	9.149.362	1.221.554	—	—	(3.915.328)	31.563.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024  
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Eletrobras Chest ("Companhia" ou "Chest"), com sede em Recife (PE), é uma empresa de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras.

A Companhia foi constituída pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. O objeto social atual incluiu a realização de estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, inclusive a comercialização varejista, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 24 de março de 2025.

NOTA 2 - DESTAQUES DE 2024

2.1 Revisão Tarifária Periódica e RAP 2024-2025

Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, que impactaram diretamente os contratos de concessão de transmissão da Companhia, resultando no reconhecimento adicional no valor de R\$ 2.915.747, na rubrica de Remensurações Regulatórias (maiores informações, nota 13).

2.2 Emissão de Debêntures

A Companhia concluiu, no ano de 2024, operações financeiras que totalizaram, aproximadamente, R\$ 8 bilhões em captação de recursos (maiores informações, nota 19).

NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém, diretamente ou por meio de suas controladas em conjunto, concessões de energia elétrica nos segmentos de Geração e Transmissão, informados abaixo:

Tabela 1 - Concessões e autorização de geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
	Complexo de Paulo Afonso (Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales)	4.280	BA	2052
001/2022		2.752	PA	2045
001/2010		1.480	PE	2052
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
001/2022	Boa Esperança (Castelo Branco)	237	PI	2052
010/2000	Manso	42	MT	2037

Tabela 2 – Concessões e autorização de geração

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2022	Funil	30,00	BA	2052
001/2022	Pedra	20,01	BA	2052
006/2004	Curemas	3,52	PB	2026

Tabela 3 – Concessões e autorização de geração

Contrato	Parque Eólicos (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Locali-zação	Ano
220/2014	Casa Nova II	32,90	BA	2049
225/2014	Casa Nova III	28,20	BA	2049
Resolução autorizativa nº 7.907/19	Casa Nova I A	27,00	BA	2054
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Acauã	6,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Angical 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Arapapá	4,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Caititu 2	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Caititu 3	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Carcará	10,00	BA	2049
	Pindai I -			
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Corrupião 3	10,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai I - Teiú 2	8,00	BA	2049
	Pindai II -			
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Coqueirinho 2	16,00	BA	2049
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Pindai II - Papagaio	10,00	BA	2049
	Pindai III -			
Resolução autorizativa nº 4.939/14	Tamandua Mirim 2	16,00	BA	2049
388/2012	Caigara I	13,23	RN	2047
418/2012	Caigara II	8,82	RN	2047
399/2012	Junco I	11,76	RN	2047
417/2012	Junco II	11,76	RN	2047

Tabela 4 – Concessões de transmissão de energia elétrica - corporativas

Contrato	Índice de reajuste	Nº de subestações	Km*	RAP do ciclo 2024/2025	Início da vigência	Final da vigência
061/2001	IPCA	112	19.236	4.730.821	2013	2043
007/2005	IGPM	2	208	30.881	2005	2035
008/2005	IGPM	2	120	8.266	2005	2035
010/2007	IPCA	2	95	22.377	2007	2037
012/2007	IPCA	4	316	17.415	2007	2037
005/2008	IPCA	3	110	6.955	2008	2038
014/2008	IPCA	2	145	11.878	2008	2038
006/2009	IPCA	3	49	33.014	2009	2039
017/2009	IPCA	5	96	44.506	2009	2039
018/2009	IPCA	2	145	11.082	2009	2039
004/2010	IPCA	4	34	51.547	2010	2040
007/2010	IPCA	1	—	16.089	2010	2040
013/2010	IPCA	1	—	15.825	2010	2040
014/2010	IPCA	1	—	9.155	2010	2040
019/2010	IPCA	7	321	31.926	2010	2040
020/2010	IPCA	2	115	13.984	2010	2040
021/2010	IPCA	2	91	11.392	2010	2040
008/2011	IPCA	5	286	93.599	2011	2041
009/2011	IPCA	2	64	12.606	2011	2041
010/2011	IPCA	3	65	20.147	2011	2041
017/2011	IPCA	2	46	18.525	2011	2041
005/2012	IPCA	4	42	29.112	2012	2042
017/2012	IPCA	2	—	16.751	2012	2042
018/2012	IPCA	6	208	21.781	2012	2042
019/2012	IPCA	3	60	63.845	2012	2042
Total		182	21.852	5.343.481		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023	
RECEITAS ( DESPESAS )				
Venda de mercadorias, produtos e serviços		11.567.094	9.041.357	11.567.094
Receita de construção	28	877.356	709.495	877.356
PCE - Consumidores e Revendedores	29	(107.544)	(86.163)	(107.544)
Outras receitas e despesas operacionais		74.199	60.640	74.199
		12.411.105	9.725.329	12.411.105
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	29	(609.909)	(248.644)	(609.909)
Energia comprada para revenda	29	(284.170)	(244.526)	(284.170)
Encargos sobre uso da rede elétrica	29	(1.185.661)	(1.077.079)	(1.185.661)
Custo de Construção	29	(1.033.841)	(1.044.917)	(1.033.841)
Provisões/Reversões operacionais	29	(155.379)	(381.940)	(155.379)
		(3.268.960)	(2.997.106)	(3.268.960)
VALOR ADICIONADO BRUTO		9.142.145	6.728.223	9.142.145
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	29	(633.624)	(401.883)	(633.624)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		8.508.521	6.326.340	8.508.521
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial		47.611	74.881	47.611
Receitas financeiras		877.456	367.938	877.456
Outras		432	122	432
		925.499	442.941	925.499
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		9.434.020	6.769.281	9.434.020
VALOR ADICIONADO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL				
Remuneração direta		713.709	610.758	713.709
Benefícios		188.859	282.357	188.859
FGTS		52.674	52.214	52.674
		955.242	945.329	955.242
TRIBUTOS				
Federal		1.720.963	1.131.976	1.720.963
Estadual		55.796	154.518	55.796
Municipal		16.481	11.865	16.481
		1.793.240	1.298.359	1.793.240
ENCARGOS SETORIAIS	28	598.708	631.214	598.708
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS				
Juros		3.136.369	2.102.227	3.136.369
Aluguéis		6.068	9.495	6.068
Outras		29.786	32.878	29.786
		3.172.223	2.144.600	3.172.223
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS				
Dividendos / JCP	26	686.274	373.528	686.274
Lucros retidos		2.228.333	1.376.251	2.228.333
		2.914.607	1.749.779	2.914.607
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		9.434.020	6.769.281	9.434.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTA 4 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia apresenta essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e os ativos mantidos para a venda que são mensurados pelo menor valor

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023  
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2024	2023	
Atividades operacionais				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		3.584.614	1.942.461	3.584.614
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	29	633.624	401.883	633.624
Variações cambiais e monetárias líquidas	30	705.248	557.934	705.248
Encargos financeiros	30	1.021.381	1.327.219	1.021.381
Resultado da equivalência patrimonial		(47.611)	(74.881)	(47.611)
Receitas da transmissão	28	(5.631.582)	(5.309.881)	(5.631.582)
Custo de construção - transmissão	30	1.033.841	1.044.917	1.033.841
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão		(2.915.747)	—	(2.915.747)
Provisões operacionais	29	262.922	209.656	262.922
Resultado da dívida protegida (hedge) e derivativos	30	350.396	—	350.396
Outras		139.334	(432.243)	139.334
		(4.448.194)	(2.275.396)	(4.448.194)

(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais

Cientes	(112.945)	(284.221)	(112.945)
Outros	304.653	184.964	304.653
	191.708	(99.257)	191.708

Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais

Fornecedores	18	(24.157)	24.752	(24.157)
Obrigações com pessoal		(259.406)	(34.640)	(259.406)
Encargos setoriais		(24.621)	(160.540)	(24.621)
Outros		167.103	85.498	167.103
		(141.081)	(84.930)	(141.081)
		(749.256)	(246.127)	(749.256)

Pagamento de encargos financeiros

Recebimento da receita anual permitida - RAP	6.042.093	5.713.300	6.042.093
--	-----------	-----------	-----------

Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias

	104.898	122.894	104.898
--	---------	---------	---------

Pagamento de litígios

	(352.653)	(206.566)	(352.653)
--	-----------	-----------	-----------

Cauções e depósitos vinculados

	(2.106)	5.575	(2.106)
--	---------	-------	---------

Pagamento de imposto de renda e contribuição social

	(15.663)	(115.445)	(15.663)
--	----------	-----------	----------

Pagamento de previdência complementar

	(314.970)	(339.910)	(314.970)
--	-----------	-----------	-----------

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

	3.899.390	4.416.599	3.899.390
--	-----------	-----------	-----------

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures obtidas	7
---	---



—continuação



4.4. 2 Novas normas e interpretações não vigentes

Tabela 6 - Novas normas e interpretações não vigentes

Norma Revisada	Alteração	Aplicável a partir
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).	01/01/2025, aplicação retrospectiva
CPC 02/ IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de Conversibilidade	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com empréstimos.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – relacionado a estrutura da demonstração de resultados e exige que as entidades forneçam novos subtópicos . A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre medidas de desempenho definidas pela Administração.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A aplicação da IFRS 18 trará reflexos na apresentação na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa. A Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações contábeis, quando da adoção das outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas, que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social da controlada, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da controlada são integralmente consolidados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis da controlada, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

A controlada, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou possui direitos sobre, retornos variáveis resultantes de sua participação na investida e tem a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre ela.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas com a controlada da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Tabela 7 – Empresa controlada

	2024	2023
	Participação % Direta	Participação % Direta

Controladas

Nova Era Solar Einki S.A. 100 –

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 Reclassificações

Após a apresentação das demonstrações contábeis de 2023, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar no balanço patrimonial e nas demonstrações do resultado do exercício os itens identificados no quadro abaixo:

Tabela 8 – Reclassificações - Balanço Patrimonial e Resultado do Exercício

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
BALANÇO PATRIMONIAL	2023	Reclassificação	2023
	Divulgado		Reclassificado
ATIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado (i)	3.445.880	(92.505)	3.353.375
	3.445.880	(92.505)	3.353.375
PASSIVO			
NÃO CIRCULANTE			
Outros passivos (i)	(470.611)	92.505	(378.106)
	(470.611)	92.505	(378.106)
CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2023	Reclassificação	2023
	Divulgado		Reclassificado
DESPESAS OPERACIONAIS			
Outras despesas (ii)	(228.272)	243.091	14.819
	(1.238.574)	–	(995.482)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS			
Outras receitas e despesas (ii)	1.621.749	–	1.864.841
	245.831	(243.091)	2.740
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS			
	1.942.461	–	1.942.461
(i) Reclassificação realizada entre outros passivos circulantes e imobilizado para refletir a adequada alocação das obrigações especiais em convergência com as normas societárias aplicáveis;			
(ii) Reclassificação para adequada alocação do ganho sobre a alienação da			

investida Energia Águas da Pedra S.A.

NOTA 5 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Companhia utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas. As estimativas e suas premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados pertinentes, sendo constantemente revisadas. Os efeitos das revisões são reconhecidos contabilmente no exercício em que as alterações ocorrem.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa. A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de sua controlada, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Tabela 9 - Estimativas de Julgamentos

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
9	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos
	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
12	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas
13	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia
14.1/17/22		Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
23	Benefícios a empregados	Estimativas de perdas em processos judiciais
24	Provisões para litígios e passivos contingentes	Valor justo do instrumento financeiro derivativo
32.3.3	Instrumentos financeiros derivativos	

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Tabela 10 - Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2024	2023	2024
Caixa e Bancos	1.086	5.635	1.086
Aplicações Financeiras	6.315.742	1.022.231	6.315.743
	6.316.828	1.027.866	6.316.829

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI. A variação de aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos recursos captados durante o exercício de 2024 (maiores informações, nota 19).

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa compreendem as aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 7 - CAIXA RESTRITO

Tabela 11 - Caixa restrito

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO
	2024	2023	
Ativo Circulante			
Reserva de empréstimos e financiamentos	31.968	–	–
	31.968	–	–
Ativo não Circulante			
Fundo de Energia do Nordeste	829.410	691.849	
Reserva de empréstimos e financiamentos	95.722	–	–
	925.132	691.849	
	957.100	691.849	

Fundo de Energia do Nordeste - FEN

Conforme a Lei nº 13.182/2015, o fundo setorial destina-se a prover recursos para empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil. Os recursos são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores e o custo de geração da energia. A Companhia pode participar com até 49% do capital próprio das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que implantam esses empreendimentos.

Reserva de Empréstimos e Financiamentos

Referem-se a montantes previstos nos contratos de financiamentos destinados a garantir o direito de recebimento das parcelas à vencer, nos casos de inadimplimento, até o final da amortização dos contratos.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

NOTA 8 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Tabela 12 - Títulos e Valores Mobiliários

	CONTRO-LADORA	CONSO-LIDADO
	2024	2023
Circulante		
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	183.233	109.548
Operações Compromissadas	990.137	133.567
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	253.053	–
Títulos da dívida agrária - TDA	9.152	8.937
	1.435.575	252.052
Não Circulante		
Notas do Tesouro Nacional - NTN - P	253	242
Outros	1.006	–
	1.259	242
	1.436.834	252.294

Prática contábil

São registrados em títulos e valores mobiliários as aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6.

A Companhia mensura seus títulos e valores mobiliários a valor justo, registrando as variações em contrapartida ao resultado.

NOTA 9 - CLIENTES

Tabela 13 - Clientes

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO				
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Uso da Rede Elétrica	458.515	40.019	259.226	757.760	709.658
Suprimento/Fornecimento de Energia	244.024	1.433	291.430	536.887	625.990
Comercialização na CCEE	259.540	–	–	259.540	105.594
Parcelamento	–	–	15.500	15.500	15.498
(-) PCE	(22.983)	(37.726)	(431.184)	(491.893)	(385.419)
	939.096	3.726	134.972	1.077.794	1.071.321

9.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

9.2 Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

9.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

9.4 Perdas de Crédito Esperada - PCE

A movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Tabela 14 - Perdas de Crédito Esperada – PCE

	CONTRO-LADORA	CONSO-LIDADO
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	385.419	303.351
(+) Constituição	204.403	90.172
(-) Reversão	(97.929)	(8.104)
Saldo em 31 de dezembro	491.893	385.419

Prática contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo preço da transação e, subsequentemente, pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PCE.

Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, considerando, principalmente, o histórico de inadimplência e provisionando esse percentual nas faturas vencidas.

Para os clientes com saldos renegociados, a Companhia considera, também, outros fatores na avaliação de risco, como a situação patrimonial e eventuais restrições ou apontamentos nas entidades de proteção ao crédito.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

Tabela 15 - Remuneração de participações societárias

	CONTRO-LADORA	CONSO-LIDADO
	2024	2023
Controladas em conjunto		
Interligação Elétrica da Madeira S.A.	24.848	21.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	13.845	12.525
Companhia Energética SINOP S.A.	2.958	–
Vamcruz 1 Participações S.A.	880	394
	42.531	34.278

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de sua controlada, controladas em conjunto e coligadas, vide a nota 14, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 11 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Tabela 16 - Impostos e contribuições

	CONTROLADORA /CONSOLIDADO			
	2024	2023	2024	2023
	Ativo circulante		Passivo circulante	
IRPJ	130.210	348.734	–	–
CSLL	190.917	166.239	–	–
IRRF/CSRF	70.784	115.926	4.108	29.995
PIS/COFINS	5.456	4.050	85.865	58.955
INSS/FGTS	–	–	34.380	35.729
ICMS	249	–	31.604	8.045
ISS	3.352	–	12.285	11.971
Outros	4.760	9.202	4.338	1.127
	405.728	644.151	172.580	145.822
	Ativo circulante		Passivo circulante	
PIS/COFINS	233.416	224.559	–	–
ICMS	268	269	–	–
	233.684	224.828	–	–

11.1 Demais assuntos tributários

11.1.1 Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que altera a forma da tributação sobre bens e serviços ("Reforma Tributária" ou "Reforma"). A redação final da Lei Complementar nº 214/25, que trouxe as bases da regulamentação da Reforma Tributária, foi sancionada pela Presidência da República em 16 de janeiro de 2025, de forma que ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Companhia.

As principais discussões giram em torno dos efeitos da nova sistemática de não-cumulatividade do IBS e da CBS, da redução gradual de incentivos fiscais, da adaptação sistêmica aos novos tributos e suas respectivas obrigações acessórias, do impacto do método de *split payment*, dos impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos) e dos impactos na cadeia de fornecimento.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Tabela 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTRO-LADORA	CONSO-LIDADO
	2024	2023
Diferenças tributárias por meio do resultado		
Provisão para litígios	523.373	571.354
Provisões operacionais	212.027	294.456
Perda estimada em créditos	95.201	78.801
Impairment	56.331	50.938
Ativo contratual	(2.803.052)	(2.354.132)
Repactuação do risco hidrológico	(39.132)	(40.616)
Outros	(738)	(786)
Diferenças tributárias por meio de outros resultados abrangentes		
Créditos tributários s/perdas atuariais	556.452	704.528
	(1.399.538)	(695.457)
Créditos diferidos¹		
Imposto de renda	886.597	914.393
Contribuição social	1.276.701	1.316.725
Débitos diferidos		
Imposto de renda	(1.460.435)	(1.199.672)
Contribuição social	(2.102.401)	(1.726.903)
	(1.399.538)	(695.457)

¹ Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é:

continua—★



★—continuação



Tabela 18 - Tributos Diferidos Líquidos

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
2026		(17.436)
2027		(17.436)
2028		(26.321)
2029		(27.360)
2030		(27.360)
Após 2030		(1.283.625)
		<b>(1.399.538)</b>

12.2 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

Tabela 19 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTRO- LADORA	CONSO- LIDADO
	2024	2023
Resultado operacional antes dos tributos	3.584.614	1.942.461
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(1.218.769)	(660.437)
Efeitos de adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	16.173	25.459
Incentivos fiscais	25.031	177.028
Impactos do diferimento - incentivos fiscais	696.282	265.764
Demais adições e exclusões permanentes	(83.736)	(496)
Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL das operações	<b>(565.019)</b>	<b>(192.682)</b>
<b>Alíquota efetiva (%) da Operações</b>	<b>15,76</b>	<b>9,92</b>
Tributos não reconhecidos/baixados	<b>(104.988)</b>	<b>—</b>
<b>Total (débito) / crédito de IRPJ e CSLL</b>	<b>(670.007)</b>	<b>(192.682)</b>

Prática contábil

O imposto de renda e a contribuição social, apurados sobre o lucro ajustado para fins fiscais, são reconhecidos na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferidos, no período em que ocorre o resultado (lucro ou prejuízo) correspondente.

O imposto de renda e a contribuição social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na demonstração de resultado abrangente.

IRPJ e CSLL correntes

Os tributos correntes são registrados como despesa no resultado do período em que o lucro tributável é determinado, aplicando-se as alíquotas vigentes sobre a base de cálculo ajustada conforme o regime fiscal. O lucro tributável é o valor do lucro sujeito à tributação, calculado ajustando o lucro contábil para incluir ou excluir certos itens de receita e despesa que são tratados de maneira diferente para fins fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados de forma líquida, por entidade contribuinte, quando há um direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e a intenção de quitar em bases líquidas.

IRPJ e CSLL diferidos

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferidos representa o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que, devido às regras tributárias, não podem ser consideradas na base de cálculo do pagamento de imposto de renda e contribuição social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes (diferenças temporárias). Os créditos reconhecidos no resultado, relacionados ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos no ativo de acordo a projeção de lucro tributável futuro e de utilização das diferenças temporárias.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos ativos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados e das diferenças temporárias, a Companhia projeta seus resultados futuros considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

NOTA 13 - ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Tabela 20 - Mutação do ativo contratual

	CONTRO- LADORA	CONSO- LIDADO
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	<b>18.457.564</b>	<b>18.860.799</b>
Receita de construção	877.356	709.311
Receita financeira	2.276.463	2.201.144
Remensurações regulatórias - Transmissão	2.915.747	184
Amortização	<b>(3.564.330)</b>	<b>(3.313.874)</b>
Saldo em 31 de dezembro	<b>20.962.800</b>	<b>18.457.564</b>
Circulante	3.312.194	3.347.310
Não circulante	17.650.606	15.110.254

Receita Anual Permitida (RAP) recebidas

A RAP representa a contraprestação pelo desenvolvimento das atividades de transmissão de energia elétrica. No exercício de 2024, a Companhia recebeu de RAP R\$ 6.042.093 alocando R\$ 3.564.330 para amortizar o ativo contratual e R\$ 2.477.763 a Receita de O&M. Em 2023, o montante recebido de RAP foi de R\$ 5.515.018, com R\$ 3.313.874 alocados para amortizar o ativo contratual e R\$ 2.201.144 para a Receita de O&M.

Revisão tarifária periódica - RTP

Em julho de 2024, a ANEEL homologou a revisão tarifária periódica de 5 concessões da Companhia. As receitas anuais permitidas (RAP) homologadas no ciclo 2024/2025 foram no montante de R\$ 5.208.677 (ciclo 2023/2024 R\$ 5.301.210), cerca de 1,7% inferior ao ciclo anterior.

Em julho de 2024, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias nº 3.344/2024 e nº 3.348/2024, a primeira resultou em uma redução de R\$ 233.375 na RAP revisada, devido basicamente à depreciação dos ativos. No entanto, houve um aumento de R\$ 197.625 na RAP incremental, associado aos reforços e melhorias avaliados no ciclo de 2018 a 2023, principalmente devido ao início do recebimento da RAP referente aos investimentos em melhorias de pequeno porte. A segunda, definiu o reajuste anual da RAP para o Ciclo 2024/2025, resultando em uma redução global de R\$ 92.533.

Entretanto, apesar da redução da RAP, a Companhia remensurou o fluxo de RAP da RBSE, a partir dos parâmetros abaixo, considerados na RTP:

- Novo prazo de fluxo de RAP pela atualização da quota de depreciação regulatória com recebíveis associados à remuneração de ativos projetado até 2032;
- Movimentação da base de ativos;
- Revalorização dos ativos em virtude da depreciação média regulatória;
- Atualização pelo Valor Novo de Reposição - VNR da base a ser remunerada; e
- Consideração do fluxo projetado de recebíveis não depreciáveis até o fim da concessão.

As novas estimativas da RTP resultaram em um impacto de R\$ 2.915.747 em 2024, refletido no ativo contratual da Companhia, na rubrica Remensurações Regulatórias – Transmissão. O principal componente desse valor refere-se à base de ativos da RBSE, que, isoladamente, representou R\$ 2.791.392.

Do saldo total do ativo contratual da transmissão de R\$ 20.962.800, R\$ 10.962.836 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

RBSE – nota técnica ANEEL

Em abril de 2023, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 085/2023, que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da Rede Básica de Serviços Existentes (RBSE) na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/ANEEL, de junho de 2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e repêrtilamento da RBSE.

A emissão da Nota Técnica 085/2023, não configura decisão da ANEEL, não produzindo, portanto, efeitos práticos, pois depende de adequada instrução processual para que o mérito, que envolve escolhas de alternativas de cálculos, seja analisado pela diretoria colegiada da Agência. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Prática contábil

Nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, a empresa concessionária (“transmissora”) tem a obrigação contratual (obrigações de desempenho) de construir, operar e manter (O&M) a infraestrutura.

As transmissoras são remuneradas pela Receita Anual Permitida (“RAP”) e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, caso seja permitido.

O Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, equivalente ao IFRS 15, estabelece que os direitos da entidade a contraprestações decorrentes de obrigações de desempenho já concluídas, mas cujo recebimento depende do cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser reconhecidos como ativos contratuais.

Na atividade de transmissão, o direito efetivo ao recebimento da RAP tem início a partir da entrada em operação do empreendimento. Dessa forma, os direitos gerados à medida que a entidade realiza a construção do empreendimento de transmissão são reconhecidos como ativos contratuais no balanço patrimonial. O ativo contratual é formado pelas receitas de construção e pela atualização financeira do saldo do ativo contratual. Ao cumprir a obrigação de desempenho relacionada à construção do empreendimento, a Companhia reconhece a receita de construção conforme o progresso da obra, registrando-a em contrapartida ao ativo contratual.

Como o recebimento referente à atividade de construção ocorre em um período distante do cumprimento da obrigação de desempenho, o saldo do ativo contratual é ajustado financeiramente, sendo essa atualização registrada como receita financeira no exercício (receita operacional líquida).

A taxa de atualização financeira (taxa implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e O&M, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, se aplicável. A taxa de atualização financeira não deve ser modificada ao longo do contrato de concessão.

Além da atualização pelos juros implícitos, o ativo contratual é atualizado mensalmente pela atualização monetária (IPCA ou IGPIM), em função dos reajustes das RAP. As atualizações financeiras do ativo contratual são registradas contra a receita operacional líquida.

O ativo contratual é realizado pelo recebimento da parcela da RAP que amortiza o ativo contratual e pelo recebimento do valor residual, quando aplicável.

A medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura de transmissão são satisfeitas, a Companhia reconhece o direito aos valores correspondentes às parcelas da RAP relativas à operação e manutenção dos empreendimentos. O registro é efetuado na rubrica de contas a receber de clientes em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M. Essa receita não transita pelo saldo do ativo contratual de transmissão, pois o direito ao recebimento da RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Homologação das RAP

No segundo semestre de cada ano, a ANEEL homologa as RAP para o novo ciclo. Com base nos valores homologados, a Companhia atualiza o fluxo futuro de recebimento de RAP relacionados com a construção do empreendimento de transmissão. Caso o valor presente do fluxo futuro de recebimento de RAP relacionados com a construção e do valor residual, se aplicável, considerando a taxa de atualização determinada para a concessão, não for igual ao saldo do ativo contratual, registra-se a diferença na receita de construção em contrapartida ao ativo contratual.

Revisão periódica da ANEEL – RTP

As RAP dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAP futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com a construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do exercício, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

Estimativas e julgamentos críticos

Para efeitos dos reconhecimentos contábeis do ativo contratual, no início da concessão, a RAP é separada em duas partes:

- RAP Amortização do ativo contratual: é formada pelo custo de construção projetado, margem de construção, que em conjunto representa a Receita de Construção, mais a atualização financeira do ativo contratual, que representa a Receita financeira; e
- RAP O&M: custo projetado de O&M mais margem de O&M (Receita de O&M).

As margens de lucro consideradas no cálculo das receitas de transmissão são formadas pela remuneração desejada pela Companhia em cada projeto, incrementada pelo risco de atrasos nas obras, no caso da receita de construção, e pelo risco de penalidades regulatórias devido às indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica, no caso da Receita de O&M.

Em função de descolamentos entre as projeções e as execuções dos fatores envolvidos no cálculo das receitas e dos custos, naturalmente, as margens percebidas se diferem das inicialmente projetadas.

Tabela 23 - Mutação consolidado - Período corrente

CONSOLIDADO						
Participações societárias e outros investimentos	Participação %	Saldo em 2023	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Reversão (Constituição) de Perdas estimadas	Saldo em 2024
Controladas em conjunto						
STN - Sistema de Transmissão						
Nordeste S.A.	49,00	264.072	(37.416)	56.465	—	283.121
Jirau Energia S.A.	20,00	1.790.618	—	43.736	—	1.834.354
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	980.915	(24.848)	117.132	—	1.073.199
Norte Energia S.A.	15,00	1.590.147	—	(251.396)	99.005	1.437.756
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00	543.270	(47.444)	65.475	—	561.301
Vamcruz 1 Participações S.A.	49,00	131.599	(486)	3.704	—	134.817
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50	319.539	(2.957)	12.454	(20.361)	308.675
		<u>5.620.160</u>	<u>(113.151)</u>	<u>47.570</u>	<u>78.644</u>	<u>5.633.223</u>
Avaliadas ao custo						
Outras participações	—	<u>229</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>229</u>
		<u>229</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>229</u>
Outros	—	<u>16.882</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>16.882</u>
		<u>16.882</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>16.882</u>
Total		<u>5.637.271</u>	<u>(113.151)</u>	<u>47.570</u>	<u>78.644</u>	<u>5.650.334</u>

14.2 Perdas estimadas em investimentos

Quando são identificadas evidências objetivas de perdas em investimentos nas coligadas e controladas em conjunto, a Companhia realiza a avaliação do valor recuperável desses investimentos com base no fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, utilizando o maior dos dois.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPE. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
  - Taxa de desconto ao ano (após os impostos) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 17;
  - Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
  - Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.
- \* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso as taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

Tabela 24 - Perdas estimadas em investimentos

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Norte Energia S.A.	2.180	101.186
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	20.361	—
	<b>22.541</b>	<b>101.186</b>

Prática contábil

Nas demonstrações contábeis da controladora, a Companhia avalia seus investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do exercício da investida é reconhecido no resultado do exercício do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compoendo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

Estimativas e julgamentos críticos

Para fins de teste de recuperabilidade de seus investimentos, a Companhia admite como valor recuperável o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

NOTA 15 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

continua—★



★—continuação



A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

Tabela 25 - Mutação do imobilizado - Controladora/ Consolidado - Corrente

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	2,00	2,50	4,50	—	—	3,50	5,80	—
Custo	830.418	575.932	2.989.142	—	1.206.114	10.791	468.724	6.081.121
Depreciação Acumulada e Impairment	(405.894)	(473.792)	(1.215.772)	(281.940)	—	(1.422)	(348.926)	(2.727.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	424.524	102.140	1.773.370	(281.940)	1.206.114	9.369	119.798	3.353.375
Adição	15	868	41.192	(118.144)	746.382	—	(42.065)	628.248
Baixas	(3.300)	315	(10.126)	—	—	—	4.521	(8.590)
Depreciação	(197.860)	(37.862)	100.987	—	—	(97)	(20.280)	(155.112)
Transferências	100.181	17.791	340.120	(7.079)	(608.123)	—	117.683	(39.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	323.560	83.252	2.245.543	(407.163)	1.344.373	9.272	179.657	3.778.494
Custo	927.314	594.277	3.248.051	—	1.344.373	10.791	540.680	6.665.486
Depreciação Acumulada e Impairment	(603.754)	(511.025)	(1.002.508)	(407.163)	—	(1.519)	(361.023)	(2.886.992)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

As imobilizações em curso, referem-se, substancialmente, à modernização da UHE Sobradinho e do Complexo UHE Paulo Afonso.

Tabela 26 - Mutação do imobilizado - Controladora - Comparativo

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Impairment¹	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros	Total
Taxa média de depreciação a.a. (%)	2,00	2,50	4,50	—	—	3,50	5,80	—
Custo	825.482	527.985	2.895.813	—	654.808	10.791	341.309	5.256.188
Depreciação Acumulada e Impairment	(398.777)	(468.079)	(1.107.530)	(234.734)	—	(1.324)	(328.280)	(2.538.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	426.705	59.906	1.788.283	(234.734)	654.808	9.467	13.029	2.717.464
Adição	—	—	—	(47.206)	850.128	—	—	802.922
Baixas	(2)	(85)	(7.009)	—	—	—	(5.664)	(12.760)
Depreciação	(7.116)	(6.977)	(119.414)	—	—	(98)	(20.646)	(154.251)
Transferências	4.937	49.296	111.510	—	(298.822)	—	133.079	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	424.524	102.140	1.773.370	(281.940)	1.206.114	9.369	119.798	3.353.375
Custo	830.418	575.932	2.989.142	—	1.206.114	10.791	468.724	6.081.121
Depreciação Acumulada e Impairment	(405.894)	(473.792)	(1.215.772)	(281.940)	—	(1.422)	(348.926)	(2.727.746)

¹Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 17.

Os itens do ativo imobilizado referem-se, substancialmente, à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões.

A Companhia adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são depreciados pelo período da concessão ou autorização

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 13.

NOTA 16 - INTANGÍVEL

Tabela 27 - Mutação do intangível - Consolidado - corrente

	CONSOLIDADO					
	Direito de exploração	Software	Intangível em curso	Impairment	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	3,30	20,00	—	—	—	—
Custo	28.628.685	329.670	54.213	—	522	29.013.090
Amortização Acumulada e Impairment	(270.465)	(123.412)	—	(7.079)	—	(400.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.358.220	206.258	54.213	(7.079)	522	28.612.134
Adições	—	—	58.008	—	—	58.008
Amortizações	(438.356)	(40.155)	—	—	—	(478.511)
Transferências	(98.539)	225.237	(94.211)	7.079	—	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.821.325	391.340	18.010	—	522	28.231.197
Custo	28.530.146	554.908	18.010	—	522	29.103.586
Amortização Acumulada e Impairment	(708.821)	(163.568)	—	—	—	(872.389)

Tabela 28 - Mutação do intangível - Consolidado - comparativo

	CONSOLIDADO					
	Direito de exploração	Software	Intangível em curso	Impairment	Outros	Total
Taxa média de amortização a.a. (%)	3,30	20,00	—	—	—	—
Custo	28.628.675	154.897	183.910	—	522	28.968.004
Amortização Acumulada e Impairment	(31.837)	(113.839)	—	(51.543)	—	(197.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.596.838	41.058	183.910	(51.543)	522	28.770.785
Adições	—	(618)	45.136	44.464	—	88.982
Amortizações	(238.618)	(9.015)	—	—	—	(247.633)
Transferências	—	174.833	(174.833)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.358.220	206.258	54.213	(7.079)	522	28.612.134
Custo	28.628.685	329.670	54.213	—	522	29.013.090
Amortização Acumulada e Impairment	(270.465)	(123.412)	—	(7.079)	—	(400.956)

Prática contábil

Os ativos intangíveis devem ser mensurados inicialmente ao custo, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido, ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, a empresa deve manter o ativo reconhecido ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A Companhia adota as taxas de amortização determinadas pela ANEEL, considerando que a vida útil estimada pela agência é adequada para os seus bens, adotando as taxas anuais de amortização dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE. Os bens vinculados às outorgas que não preveem indenização ao término do prazo contratual são amortizados pelo período da concessão ou autorização.

NOTA 17 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que representa o valor presente dos fluxos de caixa estimados. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

As principais premissas adotadas para os testes de impairment são taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, dentre outras, além de julgamento significativo sobre a determinação das unidades geradoras de caixa (UGC). O detalhamento está divulgado nas estimativas e julgamentos críticos.

As movimentações de impairment nas UGC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

Tabela 29 – Movimentação de impairment nas UGC -

Controladora/Consolidado - corrente

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
Unidades Geradoras de Caixa	2023	Adições/(Reversões)	2024
Braço hidráulico - Chesf	22.763	(22.763)	—
Casa Nova	87.217	140.908	228.125
Casa Nova B a G	179.038	—	179.038
	289.018	118.145	407.163

A constituição e a reversão refletem, substancialmente, o modelo de negócio atual da Companhia, a curva de preços de longo prazo, a progressão dos investimentos e entrada em operação comercial.

Tabela 30 – Movimentação de impairment nas UGC - Controladora - comparativo

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
Unidades Geradoras de Caixa	2022	Adições/(Reversões)	2023
Braço hidráulico - Chesf	12.445	—	10.318
Casa Nova	55.695	—	31.522
Casa Nova B a G	179.038	—	—
Outros	39.098	(39.098)	—
	286.276	2.742	289.018

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros. A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

Até o exercício 2023, a Companhia tratava cada uma de suas usinas de geração elétrica como UGC para fins do teste de impairment. Com o avanço do processo de comercialização de energia elétrica da Companhia, possibilitada pela renovação das concessões e a consequente descontinuação das usinas hidrelétricas, houve elevação gradual do volume de energia descontratada. Desta forma, a venda de energia passou a ser considerada em blocos, gerando entradas de caixa sem identificação individual às usinas de geração hidrelétrica.

Segundo o CPC 01 - Redução ao valor recuperável, a Companhia passou a considerar, a partir de 2024, como UGC, o conjunto de ativos de geração hidrelétrica por subsidiária, por representar o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos. Para os ativos eólicos, a Companhia considera cada parque como uma UGC, em razão, principalmente, do compartilhamento operacional dos ativos nos parques eólicos.

Essa alteração foi realizada como uma mudança de estimativa, conforme definido pelo CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

As UGC da Companhia com movimentação nos saldos de impairment estão apresentados na Tabela 23.

O valor recuperável de cada UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação das suas UGC e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximaria do valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, a Companhia adota o valor em uso como o valor recuperável das suas UGC.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir para o cálculo do valor em uso:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,75% (lucro real) e 6,50% (benefício fiscal SUDENE) para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023, 5,81% (lucro real) e 6,53% (benefício fiscal SUDENE), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 7,49% e 8,27%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Planejamento Estratégico para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras."

NOTA 18 - FORNECEDORES

Tabela 31 - Fornecedores

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2024	2023
Circulante	—	—
Bens, Materiais e Serviços	469.307	485.929
Energia Comprada para Revenda	85.785	93.320
	555.092	579.249

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 19 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Companhia é divulgada a seguir:

Tabela 32 – Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	Taxas médias anuais em 2024 (%)	2024	2023
Moeda Nacional	—	—	2.174.188
Eletrobras	—	—	138.653
Mercado de capitais	12,74	7.755.456	787.529
Bancos de fomento	7,98	—	691.665
Mercado bancário	—	—	43.449
		8.542.985	3.047.955
Encargos	—	3.927	20.046
Principal	—	502.588	157.536
Circulante	—	506.515	177.582
Não Circulante	—	8.036.470	2.870.373
		8.542.985	3.047.955

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento de longo prazo assim programado em 31 de dezembro de 2024:

Tabela 33 - Amortização de dívida

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
112.125	115.116	113.850	117.821	7.577.558	8.036.470

continua—★



—continuação



Detalhamos abaixo, a composição relativa ao mercado de capitais e seus vencimentos:

Tabela 34 – Composição mercado de capitais - Debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO				
	2024		2023	
Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
15/01/2029	25.459	98.775	23.406	115.247
15/04/2029	23.592	997.109	–	–
15/06/2031	299.048	4.357.062	–	–
15/09/2031	36.271	1.336.250	–	–
15/09/2024	15.640	566.250	–	–
	400.010	7.355.446	23.406	115.247

19.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Tabela 35 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	3.047.955	1.035.113
Efeito no fluxo de caixa:		
Captação	7.835.164	19.294
Juros Pagos	(555.300)	(217.372)
Amortização do Principal	(2.282.611)	(175.294)
Custos de transação apropriado	–	916
Efeito não caixa:		
Juros, encargos, Variações monetária e incorridos	444.181	235.298
Variação de dívida marcada a mercado	53.596	–
Conversão de AFAC em debêntures	–	2.150.000
Saldo em 31 de dezembro	8.542.985	3.047.955

Captações de recursos

Em abril, junho e outubro de 2024, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 36 – Emissão de debêntures

CONTROLADORA / CONSOLIDADO				
	2ª emissão	3ª emissão	4ª emissão	4ª emissão
Operação	Debêntures	Debêntures	Debêntures	Debêntures
Série	Única	Única	1ª série	2ª série
	Não	Não	Não	Não
Tipo	incentivadas	incentivadas	incentivadas	incentivadas
Taxa (% a.a.)	DI + 0,85%	DI + 0,31	DI + 0,85	DI + 1,05
Montante (R\$)	1.000.000	4.900.000	1.336.250	566.250
Vencimento	15/4/2029	15/6/2031	15/9/2031	15/9/2034

Amortização de dívida

Em 17 de outubro de 2024, a Companhia liquidou a debêntures simples *intercompany* com a Eletrobras no montante de R\$ 2.163.706 (principal e encargos).

19.2 Garantia

Tabela 37 - Garantias - Empresa não controlada

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS		
	Saldo Devedor	Término da
Empreendimento	Garantido em 2024	Garantia
UHE SINOP	74.238	2032

19.3 Obrigações assumidas - Covenants

A Companhia possui cláusulas de covenants em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais covenants são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativo. A Companhia não identificou a ocorrência de evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados, exceto quando são objeto de hedge accounting, cuja mensuração é realizada pela variação do valor justo.

Os saldos nas tabelas de empréstimos, financiamento e debêntures são apresentados conforme os critérios de mensuração dessas obrigações. A nota explicativa 32.3.3 apresenta a movimentação das dívidas protegidas por derivativos, cuja mensuração é realizada com base na variação dos valores justos.

NOTA 20 - ENCARGOS SETORIAIS

Tabela 38 - Encargos setoriais

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	229.652	133.819
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	31.014	37.710
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	5.201	5.172
Quota RGR	2.642	3.081
	268.509	179.782
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	138.059	228.611
	138.059	228.611
	406.568	408.393

20.1 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,40% em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); (ii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iii) 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Por sua vez a Aneel, com base na Lei nº 14.120/2021 e por meio do Despacho nº 904/2021 e da Resolução Normativa nº 929/2021, determinou o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos dos programas de P&D na data base de 31 de agosto de 2020, bem como estabeleceu recolhimento à CDE de percentual fixo de 30% da obrigação mensal da aplicação dos respectivos programas, ou seja, recolhimento mensal de 0,12% para o CDE, restando para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) o percentual de 0,28%.

20.2 Reserva Global de Reversão – RGR

A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico criado em 1957 que tem como objetivo financiar projetos de melhoria e expansão do setor energético. A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma

quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

20.3 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos – CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 7% sobre o montante da energia elétrica de origem hidráulica produzida, medida em megawatt-hora, multiplicado pela TAR - Tarifa Atualizada de Referência, fixada pela ANEEL.

Prática contábil

A Companhia reconhece os encargos setoriais como obrigações a recolher, calculados de acordo com a as legislações aplicáveis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita operacional líquida.

NOTA 21 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Tabela 39 - Movimentação da remuneração aos acionistas

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro		
Efeito no fluxo de caixa:		
Pagamento de dividendos / JCP	(373.528)	(1.287.594)
Efeito não caixa:		
Dividendos adicionais propostos	–	695.808
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	686.274	373.528
Saldo em 31 de dezembro	686.535	373.789

O Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

NOTA 22 - CONTRATOS ONEROSOS

Tabela 40 - Mutação dos contratos onerosos

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	2023	Reversões líquidas	2024
Geração			
PPA Jirau	467.608	(138.282)	329.326
PPA Sinop	10.155	(4.798)	5.357
PPA Pedra	4.136	(4.136)	–
PPA Alpek	2.546	(2.546)	–
	484.445	(149.762)	334.683

A reversão realizada no exercício refere-se substancialmente à melhora na curva futura do preço de energia e à inclusão, em 2024, dos ganhos estimados de equivalência patrimonial cruzados, resultantes dos lucros proporcionados às SPE pelos contratos de energia entre a Companhia e as SPE, para compensar o saldo da onerosidade desses contratos.

Tabela 41 - Mutação dos contratos onerosos

CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	2022	Constituição	2023
Geração			
PPA Jirau	90.499	377.109	467.608
PPA Sinop	–	10.155	10.155
PPA Pedra	–	4.136	4.136
PPA Alpek	–	2.546	2.546
	90.499	393.946	484.445

Prática contábil

A Companhia realiza testes periódicos em seus contratos de compra de energia elétrica de longo prazo para verificar se os custos inevitáveis para cumprir as obrigações contratuais superam os benefícios econômicos esperados. Quando os custos excedem os benefícios, a diferença é registrada como passivo, na rubrica de provisão para contratos onerosos. As constituições e reversões dessas provisões são registradas no grupo de provisões operacionais, na demonstração do resultado.

Estimativas e julgamentos críticos

Os benefícios econômicos utilizados para o teste de contratos onerosos são estimados com base nos preços futuros de venda de energia elétrica.

NOTA 23 - BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS

23.1 Benefício pós emprego

A Chesf oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD e Benefício Salgado - BS.

O plano de benefício definido previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
  - Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
  - Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
  - Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano. As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.
- Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

Tabela 42 – Benefício pós emprego

CONSOLIDADO		
	2024	2023
Planos de benefícios previdenciários	2.907.761	3.913.085
Circulante	277.276	270.871
Não circulante	2.630.486	3.642.214
	2.907.761	3.913.085

23.1.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Tabela 43 – Balanço Patrimonial - Planos previdenciários

CONSOLIDADO		
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	8.179.663	9.995.692
Teto do ativo (a)	134.439	125.774
Contrato de dívida (b)	662.728	206.086
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(6.069.069)	(6.414.467)
Valores Disponíveis Imediatos	435	938
Realizáveis	271.427	249.901
Investimentos em Renda Fixa	6.650.010	6.546.716
Investimentos em Renda Variável	521.436	1.350.821
Investimentos Imobiliários	8.726	50.871
Investimentos Estruturados	358.551	389.180
Empréstimos e Financiamentos	126.432	165.613
Outros	–	32.714
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(1.334.930)	(1.845.873)
(-) Exigíveis Operacionais	(48.157)	(95.312)
(-) Exigíveis Contingenciais	(71.958)	(69.075)
(-) Fundos de Investimentos	(66.908)	(60.658)
(-) Fundos Administrativos	(271.427)	(249.901)
(-) Fundos Previdenciais	(74.567)	(51.468)
Passivo (Ativo) líquido (a) + (b)	2.907.761	3.913.085

Tabela 44 – Demonstração dos Resultados - Previdenciários

CONSOLIDADO		
	2024	2023
Custo do serviço corrente	16.617	4.049
Custos dos juros líquidos	864.073	40.854
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	880.690	44.903

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Tabela 45 – Movimentação passivos atuariais - Previdenciários

CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	9.995.692	9.192.642
Custo de serviço corrente	16.617	11.144
Juros sobre a obrigação atuarial	864.073	910.139
Benefícios pagos durante o exercício	(961.083)	(863.268)
Contribuições Normais do Participante	24	63
Custo de Serviço Passado	–	–
Ganho/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(1.735.660)	744.973
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(1.203.180)	638.600
Ganhos/Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(532.480)	106.373
Saldo em 31 de dezembro	8.179.663	9.995.692

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Tabela 46 – Movimentação ativos atuariais - Previdenciários

CONSOLIDADO		
	2024	2023
Saldo em 01 de janeiro	6.414.467	5.522.160
Benefícios pagos durante o exercício	(961.083)	(863.268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	24	63
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	369.243	382.526
Ganho/Perda sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(312.073)	833.365
Rendimento esperado dos ativos no ano	558.491	539.622
Saldo em 31 de dezembro	6.069.069	6.414.467

23.1.2 Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Tabela 47 - Hipóteses Econômicas

	2024	2023
Taxa de juros real de desconto atuarial anual (%)	5,49 a 8,10	6,10 a 6,16
Projeção de aumento médio dos salários (%)	0,00 a 0,98	1,00 a 2,01
Taxa média de inflação anual (%)	3,50	4,00
Expectativa de retorno dos ativos do plano (%)	3,50	4,00

(a) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Tabela 48 - Hipóteses Demográficas

2024		
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSsb-v.2015 M&F	AT-2000 (segregada por sexo), suavizada entre 10% e 25% e BR-EMSsb-v.2015 M&F
	RP-2000 (feminina), RP-2000 (segregada por sexo); PUB 2010 MI segregada por sexo; RRB-1983, segregada por sexo; AT-49 Masculina; MI-2006 (Segregada); RP-2000 (Segregada); MI-85, segregada por sexo; AT-83 IAM M.	RP-2000 (feminina), RP-2000 Disabled (segregada por sexo), RRB-1983, segregada por sexo, AT-49 MasculinaRRB-1983, segregada por sexo Winklevoss, desagravada em 20%MI-85, segregada por sexo, e AT-83 IAM MMI-85, segregada por sexo. Álvaro Vindas, Álvaro Vindas, suavizada em 50%, Light Fraca, Grupo Americana e TASA 1927, agravada em 20%.
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas, suavizada em 50%; Light Fraca; Grupo Americana; TASA 1927, agravada em 20%; Light Média.	
Tábua de invalidez		

continua—★





A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration. A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

23.1.3 Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

Tabela 49 - Resultados consolidados atuariais		
CONSOLIDADO		
	2024	2023

Ganhos/Perdas atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida 822.910 (138.686)

23.1.4 Contribuições patronais

A duration média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 7,65 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 8,36 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós emprego para os próximos 10 anos:

Tabela 50 – Programa previdenciário						
	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Consolidado	845.219	771.355	702.248	638.027	5.222.812	8.179.663

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Tabela 51 – Sensibilidade		
CONSOLIDADO		
	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)

Obrigação de benefício definido (594.332) 685.048  
Expectativa de crescimento salarial 11.577 -

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial. Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

23.1.6 Contribuições patronais

Nos planos denominados BD Eletrobras, CD Eletrobras, BD Eletrosul, CD Eletrosul, BD CGTEE, CD Chesf, BD Furnas e CD Furnas as contribuições extraordinárias para o equacionamento de insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios são de responsabilidade da Companhia e dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, observando-se a paridade nas contribuições, conforme as previsões constantes nos respectivos regulamentos dos planos de benefícios.

Nos planos denominados BD Chesf e BS Chesf, a controlada Chesf responde pelo custeio integral das contribuições extraordinárias para a cobertura de insuficiências patrimoniais, conforme previsto nos regulamentos desses planos de benefícios. Ambos os planos são na modalidade de benefício definido e se encontram em extinção. A parcela do valor presente do saldamento, correspondente aos assistidos existentes no plano BD Chesf, na data efetiva dos planos CD Chesf e BS Chesf é um compromisso especial de responsabilidade da patrocinadora. O mesmo ocorre com a parcela do valor presente do benefício saldado não coberta pelo patrimônio do plano BS Chesf na data efetiva do plano. Os valores das contribuições extraordinárias são objeto de contratos de dívida específicos firmados entre a Chesf e a Fachesf, de acordo com as regras especificadas na Resolução CNPC nº 30, de 2018, Resolução CNPC nº 42, de 2021 e Resolução Previc nº 23, de 2023. As questões relacionadas ao custeio extraordinário destes planos estão sendo objeto de estudo pela Eletrobras. Segundo a legislação que rege a previdência privada no Brasil, as contribuições extraordinárias para equacionamento de insuficiências patrimoniais apuradas nos planos de benefícios devem ser obrigatoriamente objeto de contrato de dívida específico, no qual são estabelecidas as condições de pagamento e a proporção contributiva a ser observada entre o patrocinador e participantes e assistidos, de acordo com a proposta de equacionamento aprovada nos órgãos de governança da entidade de previdência privada, respeitando-se, sempre, as normas estabelecidas nos regulamentos dos planos.

Nas decisões judiciais que envolvem os planos de benefícios ou o plano de gestão administrativa, imputando responsabilidade financeira ao patrocinador é respeitada a proporção contributiva estabelecida nos regulamentos dos planos, exceto em casos nos quais eventualmente seja questionada a própria proporção contributiva. Desta forma, ainda no caso de decisões judiciais é respeitada a proporção contributiva entre patrocinadores e participantes e assistidos, apesar de ter um histórico de inadimplência dos participantes decorrentes de ações judiciais questionando as contribuições extraordinárias.

A Companhia, com base nas premissas destacadas acima, está realizando estudos para adotar o risk sharing nas suas obrigações relacionadas aos planos de previdência privada, sendo que esse estudo irá incluir a segurança jurídica e atuarial para reconhecer as repartições das obrigações pelo custeio do passivo atuarial em cada um dos planos de benefícios que patrocinam, bem como a análise das contribuições extraordinárias que tem sido objeto de inadimplemento por uma parcela dos participantes.

A Companhia espera ter as conclusões e o plano de equacionamento no exercício de 2024.

23.2 Obrigações com pessoal

Tabela 52 – Obrigações com pessoal		
CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023

Circulante 65.207 63.221  
Provisão de férias 77.199 267.530  
Programa de demissão voluntária 13.591 2.632  
Folha de pagamento 19.534 5.055  
Encargos sobre férias 73.567 67.516  
Participações nos Lucros/Resultados 12.351 -  
Encargos sobre 13º salário 27.818 17.583  
Contribuição previdenciária 2.107 4.654  
Outros 291.374 428.191

Prática contábil

A Companhia patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Neste tipo de plano é necessário identificar os planos que possuem déficits sendo equacionados e se os participantes e/ou assistidos custeiam uma parcela desse déficit. Para os casos em que possuem equacionamento em curso, o valor presente das obrigações de benefício definido é calculado considerando as contribuições de empregados ou de terceiros, que reduzam o custo final dos benefícios de pós-emprego ofertados pelas patrocinadoras, que representa o conceito de Risk Sharing.

Os planos que não possuem equacionamentos em curso, a Companhia registra como obrigação o excedente a diferença entre o saldo da obrigação atual e o saldo do valor justo dos ativos, não considerando a aplicação do compartilhamento de riscos (Risk Sharing), seguindo a orientação do CPAO Nº 013 - Risk Sharing” - Participação de empregados e assistidos no custeio de déficits de Plano de Aposentadoria de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e seus impactos no Balanço das empresas patrocinadoras, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Atuariais, do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes, substancialmente, de ajustes nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

NOTA 24 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

As principais ações referem-se a:

24.1 Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

Tabela 53 - Provisões para litígios		
CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023

Cíveis 2.971.943 3.132.807  
Trabalhistas 151.108 195.828  
Tributárias 64.685 36.458  
Regulatórios 42.951 38.049  
Ambientais 20.440 12.137

3.251.127 3.415.279

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguinte evolução:

Tabela 54 - Mutação das provisões para litígios	
CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.415.279

Reversões (228.856)  
Atualizações monetárias 283.693  
Liquidações (218.989)  
Saldo em 31 de dezembro de 2024 3.251.127

24.1.1 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 2.971.943 (R\$ 3.132.807 em 31 de dezembro de 2023).

• Nulidade parcial de aditivo – Fator K de correção analítica de preços (Chesf)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAIN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito,ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a supostos pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela companhia. O fator K refere-se à cobrança de um índice de reajuste de preços em face da necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

Considerando que o processo de liquidação de sentença e a consequente execução provisória promovidos contra a controlada Chesf foram extintos por decisão do Superior Tribunal de Justiça, a Chesf está apurando os prejuízos a ela causados pelos bloqueios de suas contas promovidos durante a referida execução provisória para adoção das providências cabíveis quanto ao eventual ressarcimento por danos por ela sofridos.

24.2 Passivos contingentes

Adicionalmente, a Companhia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Tabela 55 - Processos com perda possível		
CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Cíveis	12.304.232	11.224.578
Tributárias	724.795	241.173
Trabalhistas	97.435	51.982
Ambientais	335.957	650.013
Regulatórios	4.261.765	3.820.309
	17.724.184	15.988.055

• Nulidade do acordo sindical (Chesf)

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal – MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária – VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinar o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível.

• Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia (Chesf)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso – BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”.

• Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais (Chesf)

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União – CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Foi interposta apelação pela ANEEL. A Chesf interpôs embargos de declaração.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível.

• Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)

Em outubro de 2022 foi publicado acordão referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010.

Em dezembro de 2023, foi publicado o acórdão no qual os Ministros da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, conheceram do Agravo interposto pela Chesf para dar provimento ao seu Recurso Especial, anulando aquela decisão que lhe era desfavorável e determinando novo julgamento pelo Tribunal de Justiça, o que ainda não ocorreu. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco possível.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

s depósitos judiciais, reconhecidos no ativo da Companhia, são mensurados inicialmente pelo valor depositado e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos de desembolso é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos internos e externos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.





NOTA 25 - OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de:

Tabela 56 - Obrigações da lei 14.182/2021					
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		Revitalização das Bacias Hidrográficas		Total
	2024	2023	2024	2023	2024
Saldo em 1º de janeiro	13.718.611	12.440.873	2.683.120	2.761.585	16.401.731
<b>Feito no fluxo de caixa:</b>					
Amortização do principal	(471.557)	(244.015)	(338.756)	(340.045)	(810.313)
Juros pagos	(67.765)	(15.459)	(30.913)	(13.296)	(98.678)
<b>Feito não caixa:</b>					
Atualização monetária	670.956	578.785	115.232	132.704	786.188
Encargos	1.038.651	958.427	135.942	142.172	1.174.593
Saldo em 31 de dezembro	14.888.896	13.718.611	2.564.625	2.683.120	17.453.521
Circulante	816.062	518.966	385.752	367.974	1.201.814
Não circulante	14.072.834	13.199.645	2.178.873	2.315.146	16.251.707

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valores presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

Tabela 57 - Vencimentos a valor presente – controladora e consolidado			
CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas²	Total
2025 (Circulante)	816.062	385.752	1.201.814
2026	1.011.241	365.051	1.376.292
2027	1.174.781	345.462	1.520.243
2028	1.091.816	326.924	1.418.740
2029	1.014.710	309.381	1.324.091
2030	1.014.710	292.779	1.307.489
Após 2030	8.765.576	539.276	9.304.852
	14.888.896	2.564.625	17.453.521
Circulante	816.062	385.752	1.201.814
Não Circulante	14.072.834	2.178.873	16.251.707

O fluxo nominal de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA. Estão divulgados na nota de instrumentos financeiros, vide nota 32.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 26 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 19.370.176 (R\$ 19.370.176, em 31 de dezembro de 2023), e suas ações não têm valor nominal.

Tabela 58 - Capital social						
Acionista	2024					
	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
Acionista	2023					
	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00
	54.151	100,00	1.754	100,00	55.905	100,00

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

26.1 Reservas de lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

26.1.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

26.1.2 Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

26.1.3 Reserva para investimentos

Conforme a Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

A Companhia propõe destinar R\$ 1.120.585, provenientes do lucro de 2024, para a Reserva para investimentos, com a finalidade de executar os investimentos previstos no planejamento estratégico de 2025 a 2029.

26.1.4 Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

26.1.4 Destinação do resultado

Tabela 59 - Destinação do resultado		
	2024	2023
Saldo para destinação do exercício	2.914.607	1.749.779
Reserva Legal	(144.479)	(78.638)
Reserva de Incentivo Fiscal	(25.031)	(177.028)
Dividendo / JCP mínimo obrigatório	(686.274)	(373.528)
Subtotal a distribuir	2.058.823	1.120.585
Reserva de Retenção de Lucros	(2.058.823)	(1.120.585)
Saldo a distribuir do exercício	-	-

26.2 Outros resultados abrangentes

Em função do aditivo contratual de compromisso atuarial relativo à cobertura dos compromissos com o plano saldaado de benefícios (BS) a Companhia registrou o ajuste atuarial em Outros resultados abrangentes no valor de R\$ 970.985.

Proveniente de instrumentos financeiros derivativos, qual seja: hedge de fluxo de caixa na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, houve impacto da ordem de R\$ 224.

Tabela 60 - Resultado por ação básico – Período atual					
2024					
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total		
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.823.162	91.445	2.914.607		
Lucro do exercício	2.823.162	91.445	2.914.607		
Denominador	Ordinárias	Preferenciais			
Quantidade de ações em mil	54.151	1.754			
% de ações em relação ao total	96,86	3,14			
Resultado por ação diluído (R\$)	52,13	52,13			

Tabela 61 - Resultado por ação básico – Período comparativo			
2023			
Numerador	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações	1.694.880	54.889	1.749.779
Lucro do exercício	1.694.880	54.889	1.749.779
Denominador	Ordinárias	Preferenciais	
Quantidade de ações em mil	54.151	1.754	
% de ações em relação ao total	96,86	3,14	
Resultado por ação diluído (R\$)	31,30	31,30	

Prática Contábil

A Companhia calcula o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

Tabela 63 - Custos e despesas operacionais – controladora - acumulado			
CONTROLADORA / CONSOLIDADO			
	2024	2023	
Pessoal	(552.976)	(423.993)	(976.969)
Plano de demissão voluntária	-	(122.588)	(122.588)
Material	(14.563)	(28.139)	(42.702)
Serviços	(253.828)	(176.237)	(430.065)
Energia comprada para revenda	(284.170)	-	(284.170)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.185.661)	-	(1.185.661)
Construção	(1.033.841)	-	(1.033.841)
Depreciação e amortização	(551.936)	(81.688)	(633.624)
Doações e contribuições	-	(29.745)	(29.745)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (30.1)	-	(262.922)	(262.922)
Outros	5.942	(166.977)	(161.035)
	(3.871.033)	(1.292.289)	(5.163.322)

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

Tabela 64 - Provisões operacionais					
CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	2024	2023			
(Provisões) Reversões de litígios	(54.839)	484.178			
Contratos onerosos (a)	149.762	(393.946)			
Perdas estimadas em investimentos	78.645	14.748			
Custos / Despesas atuariais	(334.904)	(389.743)			
PCE - Consumidores e revendedores	(106.472)	(86.163)			
Impairment (b)	(118.145)	(2.742)			
Outras	124.103	164.012			
	(262.922)	(209.656)			

29.1 Perdas estimadas / Provisões operacionais

Os fatores que representam a variação da rubrica contratos onerosos no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 22; e

(b) Os fatores que representam a variação da rubrica de impairment no exercício de 2024 estão apresentados na Nota 17.

NOTA 30 - RESULTADO FINANCEIRO

Tabela 65 - Resultado financeiro

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	581.452	199.310
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2.664	4.726
Outras receitas financeiras	1.661	1.832
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(56.158)	-
	529.619	205.868

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Tabela 66 - Informações por segmento – Período atual					
CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	2024	2023		2023	
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão
Receita Operacional Líquida	3.174.655	4.868.875	8.043.530	3.574.589	4.538.448
Custos Operacionais	(2.247.691)	(1.623.342)	(3.871.033)	(1.847.866)	(1.670.743)
Depreciação e amortização	(551.936)	-	(551.936)	(340.342)	(14.946)
Energia comprada para revenda	(284.170)	-	(284.170)	(244.526)	-
Encargos de uso de rede elétrica	(1.185.661)	-	(1.185.661)	(1.077.079)	-
Custo de construção	-	(1.033.841)	(1.033.841)	-	(1.044.917)
Demais custos	(225.924)	(589.501)	(815.425)	(185.919)	(610.880)
Despesas Operacionais	(356.628)	(935.661)	(1.292.289)	(659.011)	(336.471)
Depreciação e amortização	(81.688)	-	(81.688)	(13.032)	(33.563)
Provisões operacionais	(11.848)	(251.074)	(262.922)	(365.990)	156.334
Demais despesas	(263.092)	(684.587)	(947.679)	(279.989)	(459.242)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	2.915.747	2.915.747	-	184
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	570.336	5.225.619	5.795.955	1.067.712	2.531.418
Resultado Financeiro			(2.258.952)		
Resultado de participações societárias			47.611		
Outras receitas e despesas			-		
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício			2.914.607		

NOTA 28 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Tabela 62 - Receita Operacional Líquida		
CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Geração		
Suprimento	514.128	581.292
Fornecimento	329.981	875.082
CCEE	1.050.292	328.535
Receita de operação e manutenção	2.002.720	2.655.878
	3.897.121	4.440.787
Transmissão		
Receita de operação e manutenção	2.477.763	2.399.426
Receita de construção	877.356	709.311
Receita financeira contratual	2.276.463	2.201.144
	5.631.582	5.309.881
Outras receitas	74.631	60.762
	74.631	60.762
(-) Deduções à Receita Operacional		
(-) ICMS	(54.330)	(154.518)
(-) PIS e COFINS	(905.653)	(911.765)
(-) Encargos setoriais	(598.708)	(631.214)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	(1.113)	(896)
	(1.559.804)	(1.698.393)
Receita operacional líquida	8.043.530	8.113.037

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo contratual decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

Prática contábil

Receita Operacional Líquida

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador, pelos preços estabelecidos nos contratos. As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura. A medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída. A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira, referente à atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio. Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 13.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO					
	2024	2023		2023	
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas
Pessoal	(552.976)	(423.993)	(976.969)	(537.513)	(445.138)
Plano de demissão voluntária	-	(122.588)	(122.588)	-	(120.404)
Material	(14.563)	(28.139)	(42.702)	(16.202)	(27.277)
Serviços	(253.828)	(176.237)	(430.065)	(239.266)	(128.354)
Energia comprada para revenda	(284.170)	-	(284.170)	(244.526)	-
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.185.661)	-	(1.185.661)	(1.077.079)	-
Construção	(1.033.841)	-	(1.033.841)	(1.044.917)	-
Depreciação e amortização	(551.936)	(81.688)	(633.624)	(355.288)	(46.595)
Doações e contribuições	-	(29.745)	(29.745)	-	(32.878)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (30.1)	-	(262.922)	(262.922)	-	(209.656)
Outros	5.942	(166.977)	(161.035)	(3.818)	14.820
	(3.871.033)	(1.292.289)	(5.163.322)	(3.518.609)	(995.482)

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(428.240)	(226.840)
Encargos de obrigações com CDE	(1.038.651)	(958.427)
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	(135.942)	(142.172)
Outras despesas financeiras	(129.987)	(50.058)
	<u>(1.732.820)</u>	<u>(1.377.497)</u>
Itens financeiros, líquidos		
Atualizações monetárias - CDE	(670.956)	(578.785)
Atualizações monetárias - bacias hidrográficas	(115.232)	(132.704)
Atualizações monetárias	80.940	148.829
Variações cambiais	(107)	-
Variação do valor justo de dívida protegida (hedge) líquida do derivativo	<u>(350.396)</u>	<u>-</u>
	<u>(1.055.751)</u>	<u>(562.660)</u>
	<u>(2.258.952)</u>	<u>(1.734.289)</u>





31.2 Ativos não circulantes por segmento

Tabela 67 - Ativos não circulantes por segmento

	CONSOLIDADO							
	2024		2023					
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Intangível	265.484	27.965.713	—	28.231.197	239.727	28.372.407	—	28.612.134
Ativo Contratual	—	—	17.650.606	17.650.606	—	—	15.110.254	15.110.254
Imobilizado	1.045.075	2.733.419	—	3.778.494	999.056	2.354.319	—	3.353.375
	1.310.559	30.699.132	17.650.606	49.660.297	1.238.783	30.726.726	15.110.254	47.075.763

31.3 Impairment por segmento

Tabela 68 - Posições de impairment por segmento - Controladora/ Consolidado

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2024	2023
	Geração	Geração
Imobilizado	407.163	281.940
Intangível	—	7.079
	407.163	289.019

Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados e para a avaliação do seu desempenho.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

NOTA 32 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

32.1 Gestão do risco de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito). O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Tabela 69 - Gestão de risco

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (+/-) Instrumentos financeiros derivativos - proteção de dívida	8.542.985	3.047.955
(-) Caixa e equivalente de caixa	200.912	—
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(6.316.829)	(1.027.866)
Exposição líquida	(1.436.834)	(252.294)
(+) Total do Patrimônio Líquido	990.234	1.767.795
Total do Capital	34.615.192	31.563.725
Índice de Alavancagem Financeira (%)	35.605.426	33.331.520
	2,78	5,30

32.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

Tabela 70 - Classificação por categoria

	CONSOLIDADO		
	Nível	2024	2023
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		8.351.722	2.791.036
Caixa e equivalentes de caixa		6.316.828	1.027.866
Clientes		1.077.794	1.071.321
Caixa restrito		957.100	691.849
Valor justo por meio do resultado		1.581.066	252.294
Títulos e Valores Mobiliários	2	1.436.834	252.294
Instrumentos financeiros derivativos		143.012	—
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		610	—
Instrumentos financeiros derivativos	2	610	—
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		22.582.023	20.402.724
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		17.453.521	16.401.731
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3.886.875	3.047.955
Fornecedores		555.092	579.249
Remuneração aos acionistas		686.535	373.789
Valor justo por meio do resultado		5.000.034	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	4.656.110	—
Instrumentos financeiros derivativos	2	343.924	—

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.

32.3 Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia. Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

32.3.1 Risco de taxa de juros

• Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

Tabela 71 - Risco de taxa de juros

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO			
	Efeito no resultado			
	Cenário I -			
	Saldo em 2024	Provável 2024 <sup>1</sup>	Cenário II (+25%) <sup>1</sup>	Cenário III (+50%) <sup>1</sup>
CDI Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.755.455)	(1.155.563)	(1.444.453)	(1.733.344)
TJLP Empréstimos, financiamentos e debêntures	(165.418)	(14.458)	(18.072)	(21.686)
IPCA Empréstimos, financiamentos e debêntures	(382.130)	(20.482)	(25.603)	(30.723)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais	(8.303.003)	(1.190.502)	(1.488.128)	(1.785.754)
( <sup>1</sup> ) Premissas adotadas:				
	2024	Provável	+25%	+50%
CDI (%)	12,15	14,90	18,63	22,35
TJLP (%)	7,43	8,74	10,93	13,11
IPCA (%)	4,89	5,36	6,70	8,04

32.3.2 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

Tabela 72 - Passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento – Período atual

	CONSOLIDADO				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)	2.285.366	1.614.627	5.690.524	33.827.053	43.417.570
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.223.759	1.502.502	5.343.737	26.249.495	34.319.493
Empréstimos, financiamentos e debêntures	506.515	112.125	346.787	7.577.558	8.542.985
Fornecedores	555.092	—	—	—	555.092
Obrigações estimadas	—	—	—	—	—

Tabela 73 - Passivos financeiros não derivativos por faixas de vencimento – Período comparativo

	CONSOLIDADO				
	Fluxo de pagamento				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)	1.748.807	1.387.352	5.067.544	29.153.308	37.357.011
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	901.463	1.167.360	4.831.566	26.738.905	33.639.294
Empréstimos, financiamentos e debêntures	177.582	219.992	235.978	2.414.403	3.047.955
Fornecedores	579.249	—	—	—	579.249
Obrigações estimadas	90.513	—	—	—	90.513

32.3.3 Instrumentos financeiros derivativos para proteção de dívida e compromissos firmes

• Posição patrimonial

Tabela 74 - Posição patrimonial

	CONSOLIDADO			
	2024	2023	2024	2023
	Ativo		Passivo	
Derivativo para proteção de dívidas Swap - IPCA vs CDI - Vencimento 15/06/2031	142.788	—	343.924	—
	142.788	—	343.924	—
Derivativos de compromissos de longo prazo NDF US\$ - Vencimento 30/04/2025	224	—	—	—
	224	—	—	—
	143.012	—	343.924	—

• Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado

Tabela 75 - Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Variação do valor justo do derivativo Swap - IPCA vs CDI - Vencimento 15/06/2031	(296.801)	—
Variação do valor justo da dívida protegida Credit agreement - vencimento 15/06/2031	(53.595)	—
Resultado Financeiro	(350.396)	—

• Ganho/(Perda) reconhecido(a) em Outros Resultados Abrangentes

Tabela 76 - Ganho/(Perda) reconhecido(a) em Outros Resultados Abrangente

	CONSOLIDADO		
	Vencimento	2024	2023
Chesf NDF US\$ 30/04/2025	610	—	—
	610	—	—

Tabela 77 - Movimentação de dívidas protegidas por derivativos – Obrigações

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	—	—
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações	(4.900.000)	—
Amortização do principal	166.264	—
Efeito não caixa:		
Avaliação a valor justo - resultado	(53.596)	—
Saldo em 31 de dezembro	(4.787.332)	—

Tabela 78 - Movimentação de derivativos – Hedge

	CONSOLIDADO	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	—	—
Avaliação a valor justo - resultado	(296.800)	—
Avaliação a valor justo - ORA	610	—
Amortizações	95.278	—
Saldo em 31 de dezembro	(200.912)	—
Ativo	143.012	—
Passivo	343.924	—

NOTA 33 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia.

Tabela 79 - Transações comerciais – Consolidado - Patrimonial

	CONSOLIDADO					
	2024			2023		
	Controladas em conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Ativos						
Clientes	63.550	—	29.487	25.016	—	19.297
Contas a receber	730	—	438.197	557	—	410.420
Dividendos/ JCP a receber	42.531	—	—	34.278	—	—
Outros ativos	556	—	400.017	—	—	—
	107.367	—	867.701	59.851	146.866	429.717
Passivo						
Contas a Pagar	—	—	—	25.288	23.234	839
Contratos de dívida atuarial	—	2.907.762	—	—	3.004.545	—
Fornecedores	3.564	—	11.655	3.355	—	22.748
Dividendos e JCP a pagar	—	—	686.274	—	—	—
Debêntures	—	—	—	—	—	2.174.188
Outros passivos	—	66.350	55.188	—	114.374	—
	3.564	2.974.112	753.117	28.643	3.142.153	2.197.775

Tabela 80 - Transações comerciais – Consolidado - Resultado

	CONSOLIDADO					
	2024			2023		
	Controladas em Conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras	Controladas em Conjunto	Entidades benefício pós-emprego	Empresas Eletrobras
Receita de venda de energia	—	—	14.557	7.270	—	—
Receitas de prestação de serviços	7.117	—	5.505	—	—	—
Receita de transmissão	262.401	—	355.903	—	—	—
Receita financeira	298.967	46	18.486	275	487	20.523
Outras receitas e ( despesas ) operacionais	78.749	(177.004)	(82.895)	(20.492)	—	385.399
Energia comprada para revenda	(272.229)	—	(22.757)	(259.507)	—	—
Encargo de uso da rede	(33.152)	—	(276.103)	(30.592)	—	(249.377)
Contribuições patrocinadora	—	(26.310)	—	—	(44.525)	—
Despesa financeira	(12)	—	(231.394)	—	—	(152.381)
	341.841	(203.269)	(218.698)	(282.554)	(64.530)	4.164





★continuação

Tabela 81 - Remuneração do pessoal chave		
CONTROLADORA		
	2024	2023
Benefícios de curto prazo	3.402	7.106
Benefícios pós-emprego	178	189
Outros benefícios de longo prazo	558	—
	4.138	7.295

**Prática contábil**  
Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a Companhia. Para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, são relatados apenas os saldos com as partes relacionadas relevantes. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas controladas são eliminados.

**NOTA 34 -EVENTOS SUBSEQUENTES**  
Em março de 2025, a Companhia vendeu os ativos da UTE Camaçari para a Eneva. Esses ativos não tinham valor contábil registrado devido à intenção de desativação ou possível alienação sem valor estimável em 2023.

DIRETORIA EXECUTIVA	
6ª Reunião/2025	
DECLARAÇÃO	
Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. – Chesf, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.	
Recife, 21 de março de 2025	
<b>João Henrique de Araújo Franklin Neto</b> Diretor-Presidente	<b>Jenner Guimarães do Rêgo</b> Diretor Administrativo-Financeiro
<b>Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino</b> Diretor de Operação e Manutenção	<b>Eduardo Haiama</b> Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA EXECUTIVA	
6ª Reunião/2025	
DECLARAÇÃO	
Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 30 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.	
Recife, 21 de março de 2025	
<b>João Henrique de Araújo Franklin Neto</b> Diretor-Presidente	<b>Jenner Guimarães do Rêgo</b> Diretor Administrativo-Financeiro
<b>Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino</b> Diretor de Operação e Manutenção	<b>Eduardo Haiama</b> Diretor de Relações com Investidores

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA	
<b>Antônio Varejão de Godoy</b> Presidente	<b>Renato Costa Santos Carreira</b> Conselheiro	<b>João Henrique de Araújo Franklin Neto</b> - Diretor-Presidente <b>Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino</b> - Diretor de Operação e Manutenção	<b>Jenner Guimarães do Rêgo</b> - Diretor Administrativo-Financeiro <b>Eduardo Haiama</b> - Diretor de Relações com Investidores
		<b>Moises Cezar Duarte</b> - Contador - CRC/PE 014051/O-1	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobras Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**  
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.,  
Rua Padre Carapuceiro, 910, 21o, Ed. Acácio Gil Borsoi,  
Recife, PE, Brasil, 51020-280, Caixa Postal 317  
T: 4004-8000, www.pwc.com.br



**Porque é um PAA**  
**Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e do intangível (Notas 15, 16 e 17) e dos investimentos (Nota 14)**  
O ativo imobilizado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica, enquanto o intangível é composto, substancialmente, por direitos de exploração, para os quais uma perda por redução aos valores recuperáveis pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seus valores contábeis podem não ser recuperáveis.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) a qual os saldos se relacionam. Adicionalmente, a Companhia possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perdas nesses investimentos, a Companhia realiza a avaliação de valor recuperável determinado pelo maior valor entre o valor em uso e seu valor justo líquido de despesa de venda, mensurado com base em projeções de fluxo de caixa descontados.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base nas melhores estimativas da administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiariam essas projeções como taxa de desconto, dados observáveis da economia, preços contratuais de mercado, receitas e despesas projetadas e a determinação das UGCs.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados, intangíveis e investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial, como um dos Principais Assuntos de Auditoria em virtude da magnitude dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade, que utilizam diferentes premissas que poderiam modificar significativamente os valores recuperáveis apurados.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado, do intangível e dos investimentos da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como dados observáveis da economia, preços contratuais e de mercado, receitas e despesas projetadas, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções. Com o apoio dos nossos especialistas em projeções financeiras, avaliamos a razoabilidade das taxas de desconto e dos moldes de fluxo de caixa descontados.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados reais auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos a leitura das divulgações em notas explicativas e concluímos que estão consistentes e alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

**Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 13)**  
O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) e pelos valores residuais correspondentes aos saldos não depreciados dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, caso seja permitido.

Os valores apurados requerem o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre a mensuração das obrigações contratuais de construir, operar e manter a infraestrutura, satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratarem de ativos sob um modelo de longo prazo, a determinação dos dados e premissas inclui, além das definições contratuais, estimativas de margem de construção e operação e manutenção - taxas de atualização financeira (taxas implícitas) que equilibram o fluxo financeiro projetado, dentre outras.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas e sua aplicação pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

**Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 24)**  
A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza civil e tributária, entre outros, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Devido às complexidades e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis e a seus possíveis impactos materiais nas demonstrações contábeis, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, a avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completeza das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Por fim, efetuamos a leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

**Outros assuntos**  
**Demonstrações do Valor Adicionado**  
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação complementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas

controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 24 de março de 2025  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6  
Helena de Petribu Fraga Rocha  
Contadora CRC 1PE020549/O-6



## Publicidade Legal - 16 de abril de 2025 - CHESF 2025 - Balanço pdf

Código do documento 61283184-2355-494c-808e-02e23cac97c3



### Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
brunolins@folhape.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 16 Apr 2025, 11:15:53

Documento 61283184-2355-494c-808e-02e23cac97c3 **criado** por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06). Email:brunolins@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T08:15:53-03:00

#### 16 Apr 2025, 11:16:29

Assinaturas **iniciadas** por BRUNO DE CARVALHO CARNEIRO LINS (8bc053f0-b4c9-406d-bb73-21c069e11d06). Email: brunolins@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T08:16:29-03:00

#### 16 Apr 2025, 11:17:23

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: brunolins@folhape.com.br. IP: 179.181.103.28 (179.181.103.28 porta: 28904). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2025-04-16T08:17:23-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):22dc4f8dd81316ddabf3bd56d211a1da46f68cce19eb1c209d643edfc0be232c  
(SHA512):bf1d00bc9a836e15f60558ab823fabcf150fa5a8c056a25fd577dd3560a037a89b2d014bb0baed3a6dac0f1ab011034b4e274078a482bfa88c308e7f749b1dc8

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.